

ELLO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXVII Fev. 2001 01/02/01 Nº 305 Preço 140\$00

• **Kosovo**

Direcção Nacional assume posição oficial sobre o caso do urânio empobrecido em comunicado à imprensa

página 12

• **Desporto**

IV Torneio Desportivo para Deficientes organizado pela ADFA no dia 3 de Março. Veja programa na

página 5

• **IRS**

Saiba os limites a que deve atender a sua declaração de IRS relativa aos rendimentos de 2000

página 13

• **Euro**

Novidades da moeda única europeia em perguntas e respostas na

página 4



PORTE PAGO

Instalações provisórias
Ministro visita tipografia
depois da mudança



página 9

Audiência
Secretário de Estado da
Defesa recebe a ADFA



página 16

DL 134/97
Reunião demonstra
grande dinâmica
associativa em torno
da classe de praças



página 11

Convocatórias
Assembleias Gerais
das Delegações

página 4

Serviço 6 do HMP-ANEXO encerrado

Problemas por resolver vão com os deficientes para a EMEL



página 9

Conselho Nacional



• Criada Delegação de Lisboa • Comissão Instaladora vai tomar posse

páginas 8 e 12

Prémio "Saúde na Comunidade 2000"

ADFA entre os principais nomeados

RAFAEL VICENTE



A ADFA foi nomeada para a atribuição do Prémio "Saúde na Comunidade 2000", realizado pela Bristol-Myers Squibb Portugal, com a colaboração de jornalistas. A cerimónia de entrega do Prémio e das Menções Honrosas realizou-se no Centro Cultural de Belém, no dia 23 de Janeiro.

O júri, composto pelas jornalistas Clara Soares (Revista Visão), Dulce Salzedas (SIC), Leonor Figueiredo (DN) e Lurdes Antunes (Agência Lusa) decidiu atribuir o 1º Prémio à Equipa de Rua do Centro Social do Casal Ventoso, "pelas condições adversas com que esta equipa convive diariamente, enfrentando com frequência situações de

perigosidade pessoal e que em muito contribuem para apoiar os toxicodependentes que acorrem e frequentam aquele bairro lisboeta."

O júri distinguiu ainda com a Menção Honrosa os trabalhos desenvolvidos pelos funcionários e colaboradores do Centro de Orientação de Doentes Urgentes de Lisboa - INEM, "que convivem no seu dia-a-dia com vidas em risco, sendo eles os principais responsáveis pela continuação de muitas delas, fruto da sua abnegação e em favor da comunidade", e a Equipa de Cuidados Continuados do Centro de Saúde de Odivelas, "pelo apoio à população acamada e pela formação que oferecem aos familiares destes doentes."

Para o prémio "Saúde na Comunidade 2000" foram ainda nomeados, mas não premiados, a ADFA, a Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável, o Moinho da Juventude, as Voluntárias do Hospital D. Estefânia, e os Voluntários da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

"A criação deste galardão tem como

objectivo reconhecer publicamente o trabalho desenvolvido por organizações ou personalidades portuguesas na área da saúde em prol da comunidade. Os candidatos ao prémio são propostos por jornalistas e escolhidos por um júri composto por quatro destes profissionais", lembrou La-Salette Fernandes, da organização do evento.

A ADFA foi representada por António Capela Gordo, da DN, por Silvério Rodrigues, do DRAS, e por Rafael Vicente, editor do ELO, que propôs a candidatura da ADFA ao Prémio.

O projecto "Saúde na Comunidade 2000" tem o patrocínio da Bristol-Myers Squibb, empresa farmacêutica que desenvolve programas de investigação nas áreas da Cardiologia, Oncologia, Infecção e Sistema Nervoso Central. O Prémio é atribuído anualmente, com o valor de mil contos para o 1º classificado e 300 contos para as menções honrosas. •

R.V.

Breves

Serviços Clínicos

Segundo informação dos serviços Clínicos da Sede, a partir do dia um de Fevereiro a tabela de preços, no que se refere a tratamentos do protésico, será alterada, passando os associados e familiares com quotas em dia e com ADM a pagar a parte não participada do valor dos tratamentos.

Os associados com quotas em dia sem ADM e os candidatos a associados sem ADM passam a pagar cem por cento do valor dos tratamentos, bem como os familiares de associados com quo-

tas em dia sem ADM (mulher e filhos menores de 21 anos e estu-dantes).

Outros beneficiários com ADM passam a pagar a parte das despesas não participadas e os trabalhadores sem ADM passam a pagar cem por cento do valor dos tratamentos, assim como os familiares (descendentes, ascendentes e colaterais do 1º grau) de associados com quotas em dia sem ADM. •

Candidatos na Sede Nacional

Os candidatos à Presidência da República Garcia Pereira e António Abreu visitaram a Sede Nacional da ADFA durante o período de campanha eleitoral, nos passados dias três e oito de Janeiro, respectivamente.

As condições de vida de muitos deficientes militares e a questão dos militares portugueses no Kosovo, entre outros, foram assuntos abordados pelos candidatos nas suas visitas, onde também puderam ouvir Jorge Maurício e Patuleia Mendes, que representaram os Órgãos Sociais da ADFA, em intervenções sobre "os problemas injustificáveis que permanecem hoje".

António Abreu afirmou também que, durante o resto da campanha e noutras intervenções em que assumia parte activa, vai "lembrar o Povo português sobre os problemas dos deficientes das Forças Armadas, as suas dificuldades e necessidades mais prementes."

Garcia Pereira realçou que "nunca foi feito o balanço da Guerra Colonial", destacando ainda que "a sociedade portuguesa não ajustou contas consigo própria e esse facto tem raízes na situação vivida logo após o 25 de Abril."

Nos encontros com os candidatos a ADFA fez sempre referência às famílias, nomeadamente às mulheres, e às consequências devastadoras com que se debatem acompanhando a situação dos ex-combatentes da Guerra Colonial.

O Stress de Guerra foi também focado como questão urgente, uma vez que ainda não se encontra a funcionar a Rede Nacional de Apoio aos ex-combatentes que sofrem com a doença e suas famílias. •

Análises Clínicas

A Delegação de Bragança celebrou um acordo com o Laboratório Análises Clínicas Dr. Maria José Montanha e Laura Soares, em que os associados da ADFA podem, em todos os locais mencionados, usufruir do atendimento, uma vez que este estabelecimento tem acordo com a ADM.

O acordo é também extensível aos familiares dos nossos associados, sendo necessária a identificação e que os interessados tenham as quotas em dia.

As análises são gratuitas e as colheitas são efectuadas nos seguintes locais: Laboratório Análises Clínicas Dr. Maria José Montanha e Laura Soares - R. Calouste Gulbenkian, n.º 7 - 1º; Centro de Enfermagem Mirandense - Av. das Amoreiras, 1 - 1.º 5370 Mirandela; Izeda - Responsável - Enfermeira Fátima Veiga - Rua do Pereiro, 1º Izeda; Clínica Macedense - Responsável - João Lourenço Correia - Rua Cimo da Vila (junto Maria da Fonte), 5340 Macedo de Cavaleiros; Mogadouro - Responsável - Enfermeiro Jaime - Av. Nossa Senhora do Caminho - 5200 Moga-douro; Clínica Mogadourense - Responsável - Enfermeira Natividade Paulo - Frente ao Hospital - 5200 Mogadouro; Vinhais - Proprietário - Dr. Felismino Jacob - Rua José Morais Sarmenton, n.º 136, R/c Dir. 5320 Vinhais; Sendim - Responsável - Enfermeira Balbina - Largo da Fonte - 5225 Sendim; Macedo de Cavaleiros - Responsável - Maria José Silva - Av. Nuno Álvares Pereira, 3 - 1º - 5340 Macedo de Cavaleiros; Torre Dona Chama - Responsável - Eugénia Sá Morais - Rua Tenente Morais Sarmento - Torre Dona Chama.

Em caso de dúvida, os interessados devem contactar a Delegação de Bragança. •

"Anos de Guerra"

No passado dia 16 de Janeiro a Sede Nacional foi palco da projecção do filme/documentário "Anos de Guerra - Guiné 1963 - 1974", da autoria de Pedro Éfe (produtor e autor), com realização e montagem de José Barahona e coordenação histórica de Rui Azevedo Teixeira.

A película reúne depoimentos de alguns ex-combatentes, dos quais se destacam os associados da ADFA Manuel Lopes Dias, Simão Roças, Jorge Maurício, Silvério Rodrigues e José Faria.

Pedro Éfe referiu que o documentário vai passar nos Encontros de Cinema do Teatro Gil Vicente, em Coimbra, e avançou ainda que "já estamos a preparar um terceiro documentário, desta vez sobre a Guerra Colonial em Moçambique."

Entre o choque provocado por algumas declarações mais impressionantes, o filme foi considerado pela assistência como "um bom testemunho sobre a Guerra Colonial". •

R.V.

Agenda

Reunião de associados na Sede Nacional

No dia 16 de Fevereiro, Sexta-feira, pelas 18h00, vai ter lugar uma reunião de associados na Sede Nacional. Ordem de trabalhos: 1) Criação da Delegação de Lisboa - perfil da respectiva Comissão Instaladora; 2) Informações gerais da DN.

Reunião da Delegação de Famalicão

Na 1ª 5ª feira de Fevereiro, dia 1, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Funcionamento do Núcleo de Braga

No 1º e 3º Sábados de Fevereiro, dias 03 e 18, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento no infantiário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Funcionamento do Núcleo de Guimarães

Todos os Sábados de Fevereiro, das 9h00 às 12h00.

Encontro Desportivo

No dia 03 de Março, Sábado, a ADFA realiza um encontro desportivo para deficientes, na Sede Nacional, em Lisboa. O evento conta com a presença de várias instituições, apelando-se à participação dos nossos associados.

Almoço associativo

No dia 08 de Abril, Domingo, a Delegação de Faro vai realizar, em Vila Real de Santo António, um almoço-convívio de comemoração do aniversário da Delegação, no restaurante "Caçarola". O evento vai contar com a presença do presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e dos Órgãos Sociais da ADFA. O preço é de 3.000 escudos por pessoa.

Sardinhada em Setúbal

No dia 30 de Junho, Sábado, a Delegação de Setúbal realiza a tradicional sardinhada associativa.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

António Luís do Nascimento Guerreiro
António Manuel Pereira
Avelino de Jesus da Conceição
Fernando Pereira Valente
José António
José Gustavo Pitta Gros do Vale
José Joaquim Viena
Mamadou Alfa Baldé
Maria Rosa Magalhães

O ELO corrige

Por lapso, nas edições de Set./Out., Nov. e Dez. publicou-se o n.º 3470, do associado Jerónimo de Sousa Mendes, na apresentação do 2º secretário da MAGN, num evidente engano.

O ELO recorreu ao termo de apresentação de lista entregue à Redacção pela MAGN, aquando da apresentação de listas para as eleições. Assim, nesse documento o associado Luís Ramos, associado n.º 3740 - 2º secretário da MAGN - surge com o n.º 3470, número que corresponde realmente ao associado Jerónimo de Sousa Mendes, que apresentou a sua reclamação junto da Delegação de Famalicão.

O erro é lamentável, mas o ELO não tinha conhecimento de que existia, uma vez que se tomou como correcta a informação apresentada no termo de apresentação de lista. •

Pelo sucedido apresentamos as nossas desculpas.



Amigo Amadeu

Foi com muita emoção que a Sede Nacional sentiu a perda de um dos seus colaboradores, Amadeu Simão Martins.

Sempre discreto e disponível, Amadeu Martins frequentou o curso de Formação Profissional de Práticas Administrativas na ADFA, tendo ingressado no serviço de animação cultural da Sede.

Todos assistimos à sua evolução profissional e pessoal, da timidez dos primeiros contactos à segurança no desempenho das tarefas diárias, num esforço contínuo para ultrapassar os obstáculos da sua deficiência.

Querido por todos e sempre apreciado pela sua modéstia e trabalho dedicado, Amadeu Martins logo "vestiu a camisola" da Associação, deixando a marca da humildade nos corações de quem com ele trabalhou todos os dias.

Fica, pois, a saudade dos colegas e dos amigos que viram partir prematuramente um homem que cresceu em experiência humana com os nossos associados e com todos os que de alguma forma com ele contactaram.

Na nossa memória fica a recordação da sua simplicidade, na certeza de que não esqueceremos este nosso grande amigo e colega de trabalho.

Descansa em paz, amigo Amadeu.

R.V.

ELO

PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600/ 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilelas, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, José Rosa, Orlando Correia DIRECTOR: António Carreiro REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor), Anabela Vieira (norte), Fariño Lopes (fotografia), Maria José Almeida (secretariado) COLABORADORES: Abel Fortuna, Alexandra Daniel, António Calvino, Armando Guedes da Fonte, Capela Gordo, Carlos Pinto Coelho, Carlos Mendes, Carlos Vale Ferraz, Cláudia Silveira, Daniel Gouveia, Guilherme de Melo, Helena Afonso, Hugo Guerra, Humberto Sertório, Jaime Ferrer, Jerónimo de Sousa, João Gonçalves, Jorge Maurício, José Diniz, José Maia, José Monteiro, José Valente dos Santos, Liza Katali, Luis Baltazar, Luisa Nero, Mário Inácio, Mário Tomé, Marta Carreiro, Nuno Santa Clara, Rogério Rodrigues e Sá Flores. ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carrico CONCEPÇÃO GRAFICA - Maquetagem: João Conceição PRE-IMPRESSÃO Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Quinta da Piedade, Lt. 93-A 7º C - 2625 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Rua da Artilharia Um - 1070 Lisboa [Anexo do Hospital Militar Principal] Tel. 21 385 3593 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo. Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 1 400\$00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

Tiragem deste número 8 500 exemplares

Episódios



A guerra empobrecida

José Diniz

No aquartelamento da Companhia a expectativa era grande, pois havia chegado a notícia de que, finalmente, após mais de um ano de mato, ia ser rendida.

A chegada dos "checas" foi ruidosamente festejada. A miragem de um local mais a sul, longe dos ataques e das emboscadas era um prémio mais do que merecido para os meses que faltavam para o regresso a casa.

Na coluna de volta a Mocimboa da Praia para embarcar, os "velinhos" traziam, como armamento individual, uma mauser, 15 cartuchos e uma granada, pois haviam entregado as suas G3 aos recém-chegados. E foi assim que, "escoltados" pelos "checas", se fizeram àquela picada de tão má memória.

A determinada altura do percurso, a coluna alongou-se e algumas viaturas perderam o contacto visual. Os homens daquele Unimog sentiram-se sozinhos e desprotegidos e havia que acelerar para colar aos da frente. Não tiveram tempo para isso. Passados uns quilómetros rebenta uma emboscada e eles caem na zona de morte. O tiroteio das armas automáticas dos guerrilheiros é fortíssimo e os nossos depressa esgotam as munições das suas "espera pouco". Os que ainda podiam escondem-se no mato à espera que acabe aquele pesadelo. Não vendo reacção, os guerrilheiros saltam à picada e acabam o seu trabalho.

Este e muitos outros episódios ilustram as condições que quase um milhão de Portugueses enfrentou na Guerra Colonial. Foi uma guerra que nasceu da pobreza de ideias e de políticas e continuou até ao fim empobrecida de meios e apenas alimentada pela ideia suicida do "orgulhosamente sós". Para além do mais essencial que era o armamento, falhavam as viaturas, os meios rádio, os reabastecimentos, as evacuações, o fardamento, os recomplementamentos de pessoal, os meios de assistência, etc.. E se mais tragédias não houve foi porque o tradicional espírito do "desenrascanso" e da improvisação se manteve sempre enriquecido e deu para ultrapassar inúmeras deficiências.

Tudo já lá vai há muitos anos. Então tínhamos falta de eficácia devido à pobreza dos meios; hoje temos munições de urânio empobrecido para aumentar a eficácia.

E em nome da eficácia ou do "orgulhosamente sós" esquece-se muitas vezes o elemento que em todas as guerras, em todas as campanhas, está mais exposto: o Homem.

Nos anos setenta os Americanos tiveram de retirar-se do Vietname devido às revelações da Comunicação Social e à pressão da opinião pública. Na mesma época, em Portugal foi necessário fazer uma revolução para acabar com a guerra, pois os meios de denúncia e de pressão estavam silenciados.

Apesar de tudo, ainda hoje continua a reinar, entre nós, alguma pobreza de ideias, a tentar-se encobrir evidências, a negar-se ou a regatear-se direitos elementares. A esperança de muitas vítimas da Guerra Colonial vai empobrecendo e passando a desespero.

Que o urânio empobrecido faça, finalmente, iluminar as consciências, enriquecer as ideias e dar o devido valor às pessoas. •



Grande Plano



Os fazedores de notícias...



Jaime Ferreri

É um país de generalistas: todos são militares, políticos, médicos, professores, fazedores de opinião ou notícias de contrabando, enfim, doutores de meia tigela. A deontologia da profissão, o rigor da verdade, não fazem notícia. Limitam o jornal ou o noticiário. Quanto maior é o disparate mais proveitosa e profícua é a notícia.

São demais os fazedores de notícias deste país. Recordo-me, num evento cultural da capital de distrito mais perto do lugar onde moro, ter ouvido uma jovem licenciada em comunicação social pedir que acabassem com os jornalistas sem habilitação própria. Para ela, um jornalista definia-se por um canudo especializado, completo, com estágio feito e uma catruzada de saberes. Afinal, três anos depois, dou por mim a viver num país onde a notícia em vez de acontecer é fabricada. Interessam as audiências, os picos de "palermas" presos a "dots" e a "Big Brothers".

Não sei se são todos jornalistas ou se por isso se fazem passar... O que sabemos é que em nome do profissionalismo, do direito de abrir a boca ou estender as palavras em coluna, o seu sindicato aponta o risco da democracia limitada, da liberdade diminuída, do perigo de um general ter opinião. Mas há fazedores de notícias que ficam incólumes e nem desculpas pedem dos males que causam; uma notícia falsa raramente tem contra-notícia a repor a verdade. Arvoram-se em "justiceiros" ajudando a diminuir e a garatujar este país.

Tudo serve. Opiniões debitadas sobre urânio, embarque de tropas, chefias de estado maior, abstenção e valor do sufrágio... Viva a tremenda liberdade de debitar disparates e de insultar quem menospreza as suas tão douradas opiniões. Sobre o Kosovo, a Bósnia, a vida militar, os riscos inerentes à farda que se veste, não há quem se digne estudar, investigar, procurar quem sabe para depois sobre isso escrever. Usam-se os militares, as hipotéticas estatísticas, os sentimentos das famílias, a raiva contra o poder. Parece que acordam de tantos anos de esquecimento e escrevem agora sobre militares que vão por vontade própria, em missão que conhecem, as mesmas teses que escreveriam sobre nós quando nos forçaram a partir para África. Há no entanto uma colossal diferença... para se ter opinião, nesse tempo, era preciso saber, coragem, um sentido absoluto de cidadania; agora não há nada que julgue quem fala ou quem escreve à toa. É a falta de bisturis no combate à chaga que nos chega sob a forma de opinionite em permanente ebulição.

Continuo sem ver qual a oportunidade dos rapazes do Big Brothers nos deliciarem com a opinião sobre a guerra da Bósnia, a violência da polícia, o rumo político ou social deste país... Continuo sem perceber a cobertura exagerada que se dá ao boicote às eleições pelo concelho que se quer, pelas cheias que o rio mostra, pelo subsídio para fazer teatro, escrever livros, lançar negócios, pela auto-estrada que exigimos mas queremos sempre a passar no quintal do vizinho.

As televisões avançam em força para retratar a "ignorância" dos cientistas e dos médicos que estudaram Souselas. Transmitem, da boca de doutos senhores, que cientista que vá ao Kosovo ou à Bósnia já não é sério; está vendido, ao governo ou ao "imperialismo" da NATO. É como que um mal, a regra de todos em tudo se meterem. É um país de generalistas: todos são militares, políticos, médicos, professores, fazedores de opinião ou notícias de contrabando, enfim, doutores de meia tigela. A deontologia da profissão, o rigor da verdade, não fazem notícia. Limitam o jornal ou o noticiário. Quanto maior é o disparate mais proveitosa e profícua é a notícia.

Cada vez tenho mais saudade do tempo em que a maioria dos jornalistas não tinha habilitação própria mas tinha dignidade própria. Muitos deles pagaram com a vida, com a liberdade que lhes roubaram, com os sacrifícios que os forçaram a suportar, essa coragem que se chamava notícia, a jogar ao gato e ao rato com a censura, com a polícia, com os tribunais políticos e nos ensinava de pequeninos a saborear a cidadania.

Acaba de me chegar pela televisão a horrorosa ofensa que alguém numa aldeia do interior se prontificou a fazer a um conjunto de burros. Ataram-nos por barças sucessivas a uma corda e indicaram-nos como potenciais votantes das eleições do passado domingo. Lá no meio, um bicho que fazia de homem ria a bandeiras despregadas sobre a capacidade de escolha dum filmado e pacato equino. Concordei em absoluto. Não repugna preferir o burro, humilde e por isso mudo, ao pobre animal de duas patas que, conforme a televisão mostrou, até falava... •

Editorial



António Carreiro

Tempos de mudança

Mudámos de milénio e a Guerra Colonial é do século passado.

Mudámos de órgãos sociais, que agora começam a imprimir a sua dinâmica própria.

Após vinte cinco anos de permanência no Hospital Militar Anexo mudou-se a Tipografia-Escola da ADFA, para outras instalações, ainda que provisórias. Também os ex-militares deficientes das Forças Armadas, que ali se encontravam internados, alguns há mais de duas décadas, foram transferidos para o HMP e EMEL.

O Conselho Nacional criou, finalmente, a Delegação de Lisboa e está em marcha a alteração das estruturas do que até aqui foi a Sede Nacional, para dar lugar à Sede da Associação e à Delegação de Lisboa.

Na linha do recente IV Congresso da ADFA, repensa-se a estratégia e as medidas legislativas a adoptar.

A participação associativa dá uma maior envolvimento à questão do DL 134/97 e a Defesa parece querer dar passos em frente na questão do DL 503/99, que a ADFA entende como ponto de partida para a criação de um Estatuto do Deficiente Militar.

A questão campanha/serviço, a contagem de tempo, os problemas dos deficientes oriundos dos PALOP, o alargamento do prazo do DL 319/84 (milícias), as questões já prementes da terceira idade são preocupações que agravam a revolta da massa associativa e impõem uma movimentação rápida, mas muito ponderada e reflectida, que defina com precisão os objectivos e o percurso a ser seguido para os atingir.

A ADFA sempre soube acompanhar o seu tempo, num convulso e permanente debate interno, nunca se amedrontando com a instabilidade, que aliás lhe é característica, dela retirando força para atingir as suas metas.

Certamente no princípio deste novo século, a ADFA saberá aproveitar todos os impulsos de mudança para levar por diante a razão das suas reivindicações e conseguir a melhoria da qualidade de vida dos deficientes militares.

Afinal, a Guerra Colonial também é deste século e a mudança vai continuar. •

Convocatória para as Assembleias Gerais Ordinárias de Delegação

Açores

Por proposta da Mesa da Assembleia Geral de Delegação, a Assembleia Geral Ordinária de Delegação está agendada para dia 3 de Março às 10h00, a realizar na Câmara do Comércio de Ponta Delgada, na Rua dos Mercadores.

O presidente da MAGD
Manuel Pereira de Medeiros

Bragança

Ao abrigo do art. 49º, ponto 1, dos Estatutos convoco a Assembleia Geral da Delegação de Évora da ADFA para o dia 21 de Fevereiro de 2001, às 20h30, na Sede da Delegação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas do ano de 2000;
- 2) Outras informações de interesse para os associados.

O presidente da MAGD
António Eugénio Fernandes

Coimbra

Joaquim Alberto Padilha de Oliveira, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Delegação de Coimbra da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, convoca ao abrigo do n.º 1 do Art.º 49º dos Estatutos da ADFA, os Associados da Delegação para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 10 de Fevereiro de 2001 às 10h00 na Sede da Delegação, sita na Rua 1º de Maio, 68 C/ R/c, Fala, 3040-181 COIMBRA com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas e parecer do conselho Fiscal e relativo ao ano 2000.
- 2) Outros assuntos de interesse.

O Presidente da MAGD
Joaquim Alberto Padilha de Oliveira

Évora

Ao abrigo do art. 49º, ponto 1, dos Estatutos convoco a Assembleia Geral da Delegação de Évora da ADFA para o dia 10 de Fevereiro de 2001, às 10h30, na Sede da Delegação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Apresentação do Relatório de Actividades e Contas do ano de 2000;
- 2) Proposta de realização de obras na Sede;
- 3) Proposta de actividades para o ano de 2001.

O presidente da MAGD
Inácio Augusto Carmelo Grazina

Famalicão

A Mesa de Assembleia Geral de Delegação convoca os seus associados para a Assembleia Geral de Contas, nos termos do n.º 1 do art.º 49º dos Estatutos da ADFA, a realizar no dia 24 de Fevereiro de 2001, pelas 14h00, no Auditório da Biblioteca Camilo Castelo Branco, de Vila Nova de Famalicão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Apreciação e votação do relatório de actividades e contas da Direcção referente ao ano de 2000 e respectivo parecer do Conselho Fiscal de Delegação.
- 2) Discussão e aprovação da apreciação da execução do orçamento da Delegação sobre a proposta do Conselho de Delegação.
- 3) Diversos.

O presidente da MAGD
Venâncio Joaquim Quaresma Silva

Faro

Nos termos do art.º 48º dos Estatutos da ADFA, se convoca uma Assembleia Geral da Delegação de Faro, para aprovação e apreciação de contas e actividades da Direcção de Delegação de Faro da ADFA e respectivo parecer do Conselho Fiscal e Conselho de Delegação, relativamente à gerência do ano de 2000, a realizar no dia 23 de Fevereiro de 2001, pelas 18h00, nas instalações da Delegação de Faro da ADFA.

O presidente da MAGD
José António Pereira dos Santos Morte

Madeira

Nos termos do n.º 1 do Art.º 49.º, dos Estatutos da ADFA, a Mesa da Assembleia Geral da Delegação da Madeira convoca todos os associados para uma Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24 de Fevereiro, pelas 10h00, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Ribeira Brava, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção da Delegação e respectivo parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 2000.
2. Outros assuntos de interesse associativo.

Se à hora marcada não estiverem presentes mais de metade dos associados, a AGD reunirá trinta minutos depois com o número de associados presentes.

O presidente da MAGD
Rui Manuel Catanho Silva

Porto

A Mesa de Assembleia Geral de Delegação do Porto da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, convoca todos os associados, nos termos do n.º 1 do art. 49º e da alínea b) do art. 50º dos Estatutos, para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 10 de Fevereiro de 2001, com início às 14h30 nas instalações da Delegação, Rua Pedro Hispano, 1105, Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único) Apreciar e votar o Relatório de Actividades e Contas da Direcção de Delegação e do parecer do Conselho Fiscal de Delegação, relativos à gerência de 2000.

O presidente da MAGD
Henrique Tomás M. Rodrigues

Setúbal

A Mesa de Assembleia Geral de Delegação convoca os seus associados para a Assembleia Geral de Contas, nos termos do n.º 1 do art.º 49º dos Estatutos da ADFA, a realizar no dia 17 de Fevereiro de 2001, pelas 15h00, na Sede da Delegação, R. Almeida Garrett, n.º 70, em Setúbal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Apreciação e votação do relatório de actividades e contas da Direcção referente ao ano de 2000 e respectivo parecer do Conselho Fiscal de Delegação.
- 2) Informações de carácter geral.

O presidente da MAGD
Abílio Marques Loureiro

Viseu

Nos termos do n.º 1 do Art. 49º dos Estatutos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a Mesa da Assembleia Geral da Delegação da ADFA de Viseu, convoca os associados da Delegação para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 10 de Fevereiro de 2001, com início às 14h00 na sede da Delegação, Praceta ADFA - Empreendimento das Magnólias, Lote 4 R/c, Bairro da Balsa - 3510-009 Viseu, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 01 - Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal relativos ao ano de 2000.
- 02 - Outros assuntos de interesse associativo.

O Presidente da MAGD
António Pais Ferreira

Euro - Uma moeda para Portugal



Capela Gordo

Para dar a informação sobre o euro aos nossos associados, socorremo-nos de documentos variados e já publicados na imprensa ou pela própria Comissão Nacional do Euro, que já nos facultou toda a documentação para a respectiva divulgação.

Em breve assinaremos um protocolo com esta Comissão, que nos dará a possibilidade, durante este ano, de responder directamente a questões dos nossos associados, ou de pôr essas questões directamente àquela Comissão, nas sessões públicas que serão organizadas pela ADFA.

Vimos preenchendo um espaço no ELO ao longo dos meses com informação adequada, mas lá para Março ou Abril, teremos acções de formação e divulgação na Sede e Delegações, para os associados e população local que pretenda assistir.

Mas será tão fácil utilizar euros como escudos?

É exactamente igual, excepto na questão dos centimos. Aqui a dificuldade resulta da necessidade de utilizar os centimos do Euro. Não há muitos anos que se passava a mesma coisa com o escudo em Portugal, onde a centésima do escudo era o centavo. Assim, havia as moedas de 10 centavos (1 tostão), 20 centavos (2 tostões) e cinquenta centavos (5 tostões). Agora temos de nos habituar novamente às centésimas.

Em janeiro próximo receberemos em euros o ordenado, a pensão, o subsídio de desemprego, etc. O livro de cheques será parecido com o actual, mas em euros. O pagamento de todos os impostos, a avaliação dos prédios rústico e urbanos, será em euros, mas que podemos converter sempre para escudos, considerando que a taxa de conversão é 200\$482.

Vejam alguns exemplos de conversão:
a) Converter euros em escudos - Basta multiplicar o valor em euros por 200\$482
b) Converter escudos em euros - Basta dividir o valor em escudos por 200\$482
c) Converter uma unidade monetária de um país da zona do euro, em euros e em escudos
Ex: Marcos - Multiplica o valor em marcos por 1,95583 (factor de conversão do marco) e tem os euros. Se multiplicar agora os euros por 200\$482 tem os escudos.

Já hoje quase todos os preços dos artigos de consumo vêm em euros e escudos; seria bom começarmos a olhar para estes preços em euros para nos irmos habituando.

Poderei, depois, utilizar os meus cartões de crédito, cartão multibanco e porta-moedas multibanco?

Sim. Já hoje estes cartões permitem efectuar pagamentos noutras moedas, além do escudo.

A partir de Janeiro de 2002 será necessário alterar somente as máquinas multibanco para passarem a fornecer as novas notas de euros. Portanto, a partir daquela data os cartões de débito e crédito actuais continuarão a servir para o euro, podendo levantar euros nas máquinas multibanco.

O que são os critérios de convergência?

São os requisitos que os países devem cumprir para poderem aceder ao euro. Os critérios de convergência são quatro: estabilidade de preços, taxas de juro a longo prazo, défice público e dívida pública. Mas os países interessados têm a obrigação de ter estado integrados no Sistema Monetário Europeu, pelo menos dois anos antes de aceder ao euro; não devem fazer nenhuma desvalorização por iniciativa própria durante este período, nem ter estado submetidos a fortes tensões cambiais.

A introdução do euro poderá afectar os empréstimos que deverei pagar para além de 2002?

Não, mas a partir deste ano os pagamentos passam a ser feitos em euros, de acordo com a taxa de conversão já indicada. Também todos os empréstimos existentes passarão automaticamente para euros e os novos passarão a ser feitos em euros.

Poderei pedir um empréstimo noutra país que tenha adoptado o euro?

Sim. A taxa de juro será a mesma em todos os países que tenham adoptado essa moeda; só os prémios de risco poderão ser ligeiramente diferentes.

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interior

Fornecedores de:

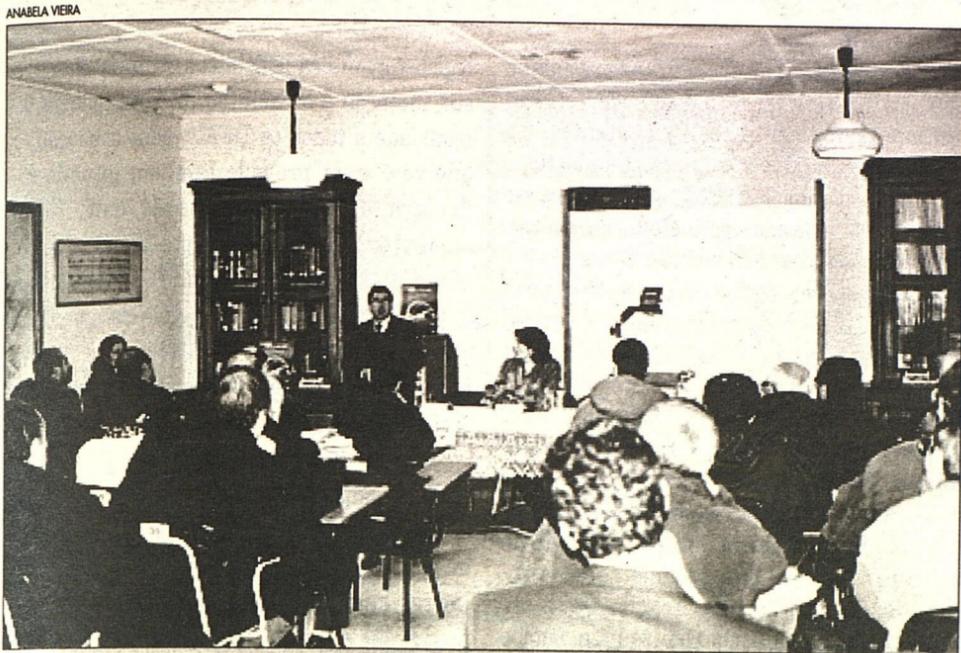
Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Conferência no Museu Militar do Porto



Abel Fortuna durante a sua intervenção

rência chamando a atenção para uma questão relacionada com a falta de consenso no que respeita à designação a atribuir ao que se passou nas ex-colónias entre 1961 - 1974. "Guerra Colonial", "Guerra de África" ou "Guerra do Ultramar" são as várias opções todas elas com significados bem distintos como justificou o orador.

"A ADFA irrompeu na sociedade portuguesa com a força da água das represas que, uma vez derrubados os diques, irriga os campos sequiosos". Foi deste modo que Abel Fortuna explicou a forma como surgiu a ADFA em 1974, em menos de um mês de ter acontecido o 25 de Abril, sinal de uma organização já estruturada mas revoltada e mantida em silêncio.

Falando sobre o presente, o conferencista salientou aqueles que são os grandes projectos a pôr em prática nos próximos tempos e as linhas de orientação da Associação. Em termos sociais apresentou a terceira idade como sendo a principal prioridade. Já em termos reivindicativos conseguir que o Governo repare as injustiças causadas com a distinção entre "serviço" e "campanha" é o grande objectivo. •

AV

IV Encontro Desportivo para Deficientes

A ADFA vai levar a efeito o IV Encontro Desportivo para Deficientes no dia três de Março, Sábado, na Sede da ADFA, em Lisboa.

Do programa constam:

- 09h00 - Recepção dos participantes
- 09h30 - Início dos Torneios de Ténis de Mesa e Snooker
- 12h30 - Entrega de prémios
- 13h00 - Almoço
- 14h30 - Recepção dos participantes do Remo sem limites.
- 15h00 - Início do Torneio "Remo sem limites"
- 17h30 - Distribuição de prémios e encerramento

A Associação convidou para participarem no Encontro desportivo as seguintes instituições: APD, ANDEMOT, APADP, Crinabel, Grupo desportivo do Murtalense, Centro de Paralisia Cerebral Calouste Gulbenkian, APPDA, Cerci Lisboa, APPACDM e LPDM. Foi ainda pedida a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa e da Federação Portuguesa de Remo.

Os prémios que vão ser atribuídos dividem-se pelas três modalidades que vão ser praticadas no Encontro.

No Ténis de Mesa os 1º e 2º lugares vão ser premiados com uma taça ou um troféu. Para as restantes posições haverá medalhas e lembranças.

No Remo "Indoor", aos 1º e 2º classificados masculinos serão entregues uma taça ou um troféu, sendo atribuídos prémios similares aos 1º e 2º lugares femininos.

No "Snooker", os dois primeiros classificados vão ganhar uma taça ou um troféu. Os outros participantes vão receber medalhas e lembranças. •

RV

Revista de Imprensa

ENCONTRO NACIONAL DE CEGOS

"Com o objectivo de estimular a participação, suscitar o debate, avaliar o trabalho efectuado pela APD na defesa e dignificação dos seus associados cegos e projectar a intervenção futura, a Associação Portuguesa de Deficientes vai realizar, em 17 de Fevereiro de 2001, um Encontro Nacional de Cegos."

Jornal do Deficiente - Nov/Dez00

ADFA PROMOVE CURSOS

"A ADFA vai promover no próximo ano dois cursos de formação profissional para deficientes motores, e para deficientes auditivos ligeiros."

Oeiras Actual - Dez00

CASCAIS REFORÇA APOIO A DEFICIENTES

"A Cercica - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Cascais - vai construir uma piscina para hidroterapia, que irá beneficiar os trabalhos terapêuticos com 120 crianças portadoras de deficiências motoras."

CM - 29Dez00

CAPACETE AJUDA INVISUAIS A DETECTAREM OBSTACULOS

"Um estudante de Engenharia da Universidade da Florida concebeu um capacete equipado com sensores que permitem, a um invisual que o utilize, saber que está a caminhar de encontro a um obstáculo."

DN - 04Jan01

AV

AV

Esclarecer o grande público sobre o trabalho que a ADFA tem vindo a desenvolver assim como as razões da sua existência, foi objectivo da conferência que teve lugar no passado dia 17 de Janeiro no Museu Militar do Porto. Esta iniciativa integra-se no ciclo de conferências que o Museu e a Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto está a levar a

cabo paralelamente à exposição patente também naquele espaço sob o tema "Testemunhos de Guerra, Angola, Guiné e Moçambique - 1961 - 1974".

Uma plateia de mais de meia centena de pessoas ouviu atentamente as palavras de Abel Fortuna, o Presidente da Direcção da Delegação do Porto, que começou a confe-

Porto Capital Europeia da Cultura

Em Fevereiro o que poderá ver e ouvir

Teatro

• "A hora em que não sabíamos nada uns dos outros" de Peter Handke com encenação de José Wallenstein

Local: Teatro Nacional S. João

Data: de 1 a 25 de Fevereiro

• Ciclo "Teatros do outro"

Textos e dramaturgia de Regina Guimarães

Encenação de Nuno Cardoso

Local: Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira

Data: 9, 10, 11 de Fevereiro

Música

• Centenário do nascimento de Aaron Copland

Orquestra Nacional do Porto

Data: 9 e 10 de Fevereiro

Local: Rivoli Teatro Municipal

• Drumming- Grupo de Percussão

Data: 13 de Fevereiro

Local: Auditório de Serralves

• Orquestra Nacional do Porto sob a direcção de Gintaras Rinkevicius

Data: 24 de Fevereiro

Local: a anunciar

Odisseia nas imagens

• Abertura oficial do Fatasporto e da Odisseia nas Imagens com a Orquestra Nacional do Porto

Local: Coliseu do Porto

Data: 17 de Fevereiro

• Fatasporto

Locais: Nos auditórios do Rivoli Teatro Municipal, no auditório do Instituto Francês do Porto, nas salas AMC - Arrábida e no Coliseu do Porto

• Retrospectiva Estúdios Aardman dirigido por Peter Lord

Local: a definir

Data: de Janeiro a Junho

• "O Primeiro olhar"

Conjunto de Workshops orientados por realizadores e técnicos de imagem, som, e montagem

Locais: a definir

Data: de Janeiro a Junho

Artes Plásticas e Arquitectura

• "Casa dos Sonhos"

Instalação da autoria de Alberto Plácido

Local: Jardim do palacete Vilar d'Allen

Data: de 27 de Janeiro a 28 de Fevereiro

• Cityscapes

Fotografias do arquitecto Gabriele Basilico

Local: Salão Nobre do Arquivo Distrital do Porto, Mosteiro de S. Bento da Vitória

Data: de 25 de Janeiro a 16 de Fevereiro

• Porto 60-70: Arte de Vanguarda no Porto dos Anos de 60 e 70

Local: Museu de Arte Contemporânea de Serralves

Data de 19 de Janeiro a 28 de Abril

• "In the Rough": Imagens da Natureza através dos Tempos na Colecção do Museu Boijmans Van Beuningen (Roterdão)

Local: Museu de Arte Contemporânea de Serralves

Data: de 13 de Janeiro a 25 de Março

AV

AV

Aulas de Aeróbica na Delegação do Porto

Tiveram início no passado dia 16 de Janeiro, na Delegação do Porto, as aulas de aeróbica.

Estas aulas, que têm lugar à quarta e quinta-feira das 18 às 19 horas são

destinadas a associados, familiares e público em geral. Os interessados poderão fazer a sua inscrição no Serviço de Atendimento da delegação. •

AV





Opinião

Missões de Guerra e Paz

João Gonçalves

A liberdade conquistada com o 25 de Abril. O Governo legitimamente eleito pelo povo. A força, o querer dos capitães de Abril, que deram a Portugal a democracia à custa de milhares de vidas ceifadas, em defesa da Pátria, do sofrimento do povo. Não pode estar em causa a estabilidade das Forças Armadas que em tempo de guerra ou de paz é o garante da liberdade, da democracia. Diz a imprensa - Forças Armadas em ruptura financeira", foi este o título de um semanário do mês de Dezembro de 2000, afirmando que o sistemático atraso do Governo no pagamento das verbas adiantadas pelo Exército e pela Marinha para a missão em Timor tem forçado estes sectores das Forças Armadas a uma apertada gestão das suas tesourarias, porque o orçamento corrente dos vários sectores das Forças Armadas não prevê qualquer verba destinada a missões especiais como esta, competindo ao Governo suportar todas as despesas.

Quando foi necessário enviar tropas para Timor, o Exército, a Armada e a Força Aérea avançaram - como aliás é procedimento

comum. - com o dinheiro necessário, embora se desconheça qual é exactamente o montante que falta pagar aos vários sectores, dados oficiais revelam que até 30 de Agosto, apenas 1,5 milhões de contos foram pagos pela APAD - Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (organismo estatal) outras dotações provisionais do Ministério das Finanças. Os atrasos trazem de facto transtornos para este sector das Forças Armadas, nomeadamente por ser necessário adiar alguns pagamentos.

Dizia também um governante, e infelizmente assim é, que para se construir a paz, é necessário existir a guerra que, mais duradoura ou menos duradoura, mais forte ou menos forte, nunca deixa de ser uma guerra, que mata e destrói a humanidade.

A guerra de Angola, Guiné Bissau e Moçambique, em que Portugal esteve envolvido de 1961 a 1974, nas ex-colónias portuguesas, no tempo, dito, da ditadura, provocou imensas mazelas nos Soldados de Portugal e também grandes desigualdades no universo dos Deficientes das Forças Armadas. Naquele tempo, altura da guerra colonial, as despesas com a guerra, era-o mais em

material humano, que a certa altura falhou pelas baixas sofridas, como se pode verificar junto ao Monumento aos Combatentes, em Belém, onde constam milhares de mortos e não estão todos lá!! largos milhares de Deficientes, causados pelo efeito da guerra. Na guerra sofria-se em silêncio e quando em combate, se era ferido, era o sofrer para dentro, à espera do nada. Mas ali... todos éramos iguais, não havia postos, sofríamos em silêncio, Capitão, Tenente, Alferes, Sargento, Furriel, Cabo e Soldado, ou melhor dizendo, Soldado, Cabo, Furriel, Sargento, Alferes, Tenente e Capitão, etc. Assim é que deve ser. As actualizações das leis devem ser feitas de forma a que a abrangência, seja de baixo para cima e não de cima para baixo. Hoje em tempo de paz, da liberdade, da democracia, conquistada com sangue, suor e muitas lágrimas, os números são outros, os Dec. Lei são outros, e por isso, os Deficientes das Forças Armadas exigem, como o refere a constituição da República, consagrado no seu artigo 13º, exige-se o direito à igualdade para os Deficientes das Forças Armadas e não para uma parte, uma só classe, uma elite. O Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro é bem claro, o

legislador, nunca legisla contra uma classe, a sua intenção é o caminho da abrangência da igualdade a todos os DFA's, sem excepção, o que veio a ser provado também quando foi declarada inconstitucional, com força obrigatória geral na norma constante da alínea a) do nº 7 da Portaria 162/76 de 24 de Março, por violação do princípio da igualdade consagrada no artigo 13º - nº 2 da Constituição da República e reconhecido pelo Tribunal Constitucional.

Vamos ser claros: A posição da ADFA só pode ser a da abrangência do 134/97, a todos os DFA, porque à luz do Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro, todos são iguais. Vamos ser nobres e não nos façam novamente ter que provar que a Lei que se quer fazer aprovar na Assembleia da República, continua a ser inconstitucional. Aqui, nesta crónica, fica definitivamente, mais uma vez, a devida anotação aos responsáveis da ADFA e da Nação, a quem exigimos para governar bem!! O direito do dever à promoção para todos os Deficientes das Forças Armadas. •

ADFA rumo ao Futuro

Já lá vão mais de dois meses que os órgãos nacionais da ADFA tomaram posse, reformas...viste-las! Porquê a demora, se conhecem qual o mal, os hobbies não podem vencer. A ADFA, é mais forte!

No conselho nacional de 20 de Janeiro, como era de esperar, mostrou um C.N. dividido e serviu claramente para mostrar quem está com a ADFA e todo o universo dos Deficientes militares e família. Alguns conselheiros que apelam ao humanismo,

companheirismo e solidariedade, viu-se de que lado estavam. O conselheiro do Porto, apresentou uma proposta tirada a papel químico do IV Congresso e votou contra o desenvolvimento, contra o que prioritário na actualidade. Na ADFA não se pode ter uma postura no Centro - Norte do País, no Sul ou nas Ilhas, porque na ADFA somos todos iguais.

Quem não está com o projecto, o bem estar do desenvolvimento da ADFA só tem

um caminho a seguir.

Estranho ver esta postura de emperrar as reformas na ADFA. Promessas, justiça, transparência, aonde? Afinal o antigo órgão nacional estava no bom caminho, e a actual Direcção Nacional também está, porque estão com o projecto ADFA na defesa dos direitos dos militares Deficientes das Forças Armadas.

Acredito que vamos sobreviver. Problemas há e graves, vamos efectuar um forte "combate" onde for preciso, no nacional,

em todo o Universo ADFA. A doença não se pode transformar em epidemia!

No próximo conselho nacional vamos ter mais respeito pelos conselheiros que se levantam às 4h30 da manhã e se deitam à mesma hora do dia seguinte para levar a ADFA aquilo que ela merece!

Direcção Nacional força! Vamos em frente. A batalha é longa, como sempre vamos vencer, contra tudo e contra todos! •

João Gonçalves

Breves das Delegações

Coimbra

XXIII Concurso de Pesca Desportiva de Rio

No dia 11 de Março, Domingo, vai decorrer o XXIII Concurso de Pesca Desportiva de Rio, no Mondego, Choupalinho, Choupal e Formoselha.

O concurso está aberto a todos os pescadores desportivos e conta com a participação da equipa da Secção de Pesca da Delegação de Coimbra.

Os prémios para os seniores -

prémios do sector - são: 1º - bicicleta de montanha; 2º - dois pesos em ouro; 3º, 4º e 5º - anzol em ouro; 6º, 7º, 8º, 9º e 10º - anzol em prata. Para as equipas haverá dez taças (senhoras/juniores /juvenis).

As inscrições são efectuadas para o telefone 239 814 644 e para o fax: 239 813332, das 09h00 às 19h00 nos dias úteis e no Sábado, dia 10, até às 15h00. •

Fundos para Delegação

A campanha de angariação de fundos para a Delegação de

Coimbra contou com as seguintes ofertas: Vítor Manuel Silva Oliveira, com 72.430 escudos; Augusto Carreira Santos e José Machado Dinis, com 10.000 escudos. •

Novo protocolo

A Escola de Condução Rainha Santa, de Coimbra, foi contactada pelo conselheiro José Rodrigues Fernandes, sendo elaborado um protocolo com a ADFA, que se traduz num desconto de dez por cento para os associados, na obtenção da carta de condução

para veículos categoria B, sendo necessário que os associados tenham as suas quotas em dia.

A Escola de Condução Rainha Santa, situa-se na Av. Fernão de Magalhães, 160 - 1º, 3000 Coimbra e pode ser contactada pelo telefone 239 855 900 e fax 239 855 906. •

Faro

Almoço associativo

A Delegação de Faro vai realizar, em Vila Real de Santo António, um almoço-convívio de comemoração do aniversário da

Delegação, no restaurante "Caçarola", no dia 08 de Abril, Domingo. O evento vai contar com a presença do presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e dos Órgãos Sociais da ADFA. O preço é de 3.000 escudos por pessoa. •

Madeira

Pagamento de quotas

A Delegação da Madeira vai proceder ao recebimento de quotas dos Deficientes das Forças Armadas (cartão de risca vermelha e azul), por transferência bancária, no próximo dia 20 de Fevereiro, com o levantamento de 7.500 escudos, referente ao corrente ano. •

Ajam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 * fax: 23 459 8162 * e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

Tem uma festa?
Uma recepção?
Um jantar ou uma reunião de amigos?
Não se preocupe
Nós fazemos por si

Pastelaria e Salgadinhos diversos

Tel.: 26 350 54 65

Tipografia-Escola da ADFA

NOVAS INSTALAÇÕES

Largo do Outeirinho da Amendoeira
(ao Campo de Sta. Clara)
1100-386 Lisboa
Telefs.: 21 882 24 80/1/2/3
Fax: 21 882 24 86

Tomada de Posse em Famalicão

ANABELA VIEIRA



A Tomada de Posse teve lugar no passado dia 6 de Janeiro

Teve lugar no passado dia 6 de Janeiro, no auditório na Biblioteca Camilo Castelo Branco, a tomada de posse dos novos órgãos sociais da Delegação de Famalicão para o próximo triénio.

Perante uma plateia constituída por associados afectos à Delegação e sob a superintendência dos elementos da Mesa da Assembleia Geral, os novos órgão eleitos formalizaram a sua responsabilidade de zelar pelos interesses dos seus associados.

No que respeita a alterações estas não foram de vulto, registando-se apenas na Direcção da Delegação a saída e conseqüente entrada de um elemento e a mudança de cargos directivos. Também na Mesa da Assembleia Geral e no Conselho Fiscal as alterações verificam-se com a saída e entrada de um

elemento em cada órgão. Já no Conselho de Delegação as alterações são mais significativas. Este órgão passa a ter três suplentes em vez de dois e saem três elementos. Pautado por um ambiente descontraído, o momento mais formal acontece com o pequeno discurso do reeleito Presidente da Direcção da Delegação que depois de fazer uma previsão do que deverá ser a actuação desta direcção durante o mandato, teceu algumas considerações sobre o trabalho desenvolvido pelo ex-dirigente Fernando Carvalho que ao longo de cerca de 19 anos foi um dos comandantes dos destinos da Delegação de Famalicão. Adjectivando a pessoa e o trabalho de fundamental, Anquises Carvalho anunciou numa toada mais informal a criação de um novo cargo expressamente para este dirigente. "A partir de agora, Fernando Carvalho será o meu assessor" referiu o presidente.

A terminar o dia, teve também lugar uma Ceia de Reis organizada pelo núcleo de Guimarães. Aqui mais de 40 pessoas entre associados e familiares estiveram reunidas em franco convívio. O momento alto da noite aconteceu com a actuação de um grupo de cantares que entou as "reisadas" enquanto a ceia decorria.

A.V.

Transcrevemos na coluna ao lado, na íntegra, o protocolo assinado.

Núcleo de Braga

A Direcção de Delegação de Famalicão comunicará oportunamente a data de realização de eleições para a Direcção do Núcleo de Braga.

Comemoração

O Conselho de Delegação de Famalicão aprovou por unanimidade uma deliberação em que se estipula que as comemorações do 27º Aniversário da Delegação se realizem nos dias 19 e 20 de Maio de 2001, Sábado e Domingo, com um programa que será oportunamente divulgado pela Direcção de Delegação.

Protocolo com o Hospital da Trofa

O protocolo entre a ADFA - Delegação de Famalicão e o Hospital da Trofa entrou em vigor no dia 10 de Janeiro de 2001, data em que se procedeu à assinatura do acordo.

Os associados interessados em usufruir deste acordo devem dirigir-se à Delegação de Famalicão, a fim de lhes ser emitido um cartão.

Hospital da Trofa

Novo Protocolo

Outorgantes:

Primeira: Hospital da Trofa, S.A., NIPC: 974658502, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso, sob o n.º 4161, com o capital social de Esc.: 5.000.000\$00, sediada em Rua da Paz - 4785-143 TROFA.

Segunda: ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas, delegação de Vila Nova Famalicão; NIPC: 500032246, sediada no centro Coordenador de Transportes, Rua Henriques Nogueira, Loja 1, 4760-038, Vila Nova de Famalicão.

Preâmbulo - O presente contrato, visa estabelecer uma parceria entre a primeira outorgante e a segunda outorgante, tendo em vista a prestação de cuidados de saúde aos associados da segunda outorgante, em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis, e regendo-se pelas cláusulas seguintes:

Primeira: A primeira outorgante obriga-se a prestar os seguintes Serviços de Saúde, às pessoas indicadas na cláusula Segunda:

- Consulta Externa
- Urgência
- Meios Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica
- Fisioterapia
- Internamento
- Blocos (operatório e de partos)

Segunda: Beneficiam dos Serviços de Saúde supra discriminados, todos os Associados do segundo outorgante, bem como esposa, pais, filhos, genros/ noras e netos, e trabalhadores da ADFA, assim como seu cônjuge e filhos.

Terceira: Quando se dirigirem aos serviços deste Hospital, todos os Associados da segunda outorgante, devem identificar-se, no acto da inscrição, com um cartão próprio e pessoal, que o identifique junto do Hospital.

Quarta: No caso de cessar o vínculo associativo ou de trabalho de qualquer dos beneficiários da segunda outorgante, esta compromete-se a comunicar tal facto ao primeiro outorgante no prazo máximo de 15 dias.

Quinta: Na falta do aviso previsto na cláusula anterior, a segunda outorgante é responsável pelo pagamento de todas as despesas derivadas de eventuais Serviços de Saúde que a primeira outorgante haja prestado ao beneficiário em causa.

Sexta: Na falta da comunicação prevista na cláusula anterior, este contrato não vigora nem abrange a prestação de Serviços de Saúde à pessoa em causa.

Sétima: A primeira outorgante praticará um desconto de 15 por cento sobre a sua Tabela de Actos Base, anexa a este contrato, quando a responsabilidade do pagamento recaia sobre a associação ou associado.

Este desconto não é acumulável com qualquer outro, decorrente de outro sistema ou subsistema de saúde.

Oitava: O presente contrato é feito e tem validade pelo período de um ano, tem início nesta data, e renova-se automaticamente por iguais períodos se não for denunciado por qualquer das partes, devendo a denuncia ser comunicada por escrito com antecedência mínima de 30 dias.

Nona: O presente acordo é extensível a todos os Associados da ADFA, independentemente ou não de pertencerem à Delegação de Vila Nova de Famalicão, desde que cumpram as normas descritas neste Protocolo e apresentem o respectivo Cartão criado para o efeito, o qual só pode ser emitido pelo segundo outorgante, a Delegação da ADFA de Vila Nova de Famalicão.

Décima: O presente acordo também vigora na PORTOCLÍNICA, subsidiária do Hospital da Trofa, sita na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, 4350 PORTO.

Trofa, 10 de Janeiro de 2001

ADFA - DELEGAÇÃO DE FAMALICÃO - SERVIÇOS CLÍNICOS

TABELA DE ACTOS CLÍNICOS - CONSULTAS

ESPECIALIDADE	UTILIZADOR	CUSTO	VALOR A PAGAR
CLÍNICA GERAL	Sócio c/Adm's	6.000\$	GRÁTIS
	Familiar Socios c/Adm's	6.000\$	GRÁTIS
	Sócio pendente	3.000\$	3.000\$
	Familiar Socios s/Adm's	3.000\$	3.000\$
	Trabalhadoras	GRÁTIS	GRÁTIS
	Familiar Directo trabalhadoras	3.000\$	3.000\$
	Colaboradores Museu	3.000\$	3.000\$
PSICOLOGIA	Sócio c/Adm's	5.000\$	GRÁTIS
	Familiar Socios c/Adm's	5.000\$	GRÁTIS
	Sócio pendente	4.000\$	4.000\$
	Familiar Socios s/Adm's	4.000\$	4.000\$
	Trabalhadoras	GRÁTIS	GRÁTIS
	Familiar Directo trabalhadoras	4.000\$	4.000\$
	Colaboradores Museu	4.000\$	4.000\$

NOTA: Esta Tabela entra em vigor a partir de 01/FEV/2001

Convocatória I

A Mesa de Assembleia Geral de Delegação de Famalicão convoca o Conselho de Delegação, nos termos da alínea a) do art.º 52º dos Estatutos da ADFA, para o dia 24 de Fevereiro de 2001, Sábado, pelas 10h00, no Auditório da Biblioteca Camilo Castelo Branco, em Vila Nova de Famalicão, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1. Apreciar e aprovar o plano de actividades e Orçamento da Delegação para o ano 2001, sob proposta da Direcção da Delegação; 2. Outros assuntos de interesse.

O Presidente da MAGD
Venâncio Joaquim Quaresma Silva

Convocatória II

A Direcção de Delegação de Famalicão convoca eleições para o Núcleo de Guimarães a realizar no dia 10 de Março de 2001, Sábado, nas instalações do Núcleo, das 09h00 às 12h00.

A apresentação de listas e programas de acção devem ser efectuada até ao dia 22 de Fevereiro de 2001, na Sede da Delegação de Famalicão.

A Direcção de Delegação

Criada a Delegação de Lisboa

Conselho Nacional histórico aprova Plano de Actividades e Orçamento para 2001, suspende os Órgãos Sociais da Delegação de Castelo Branco e solicita à MAGN convocação de eleições para a mesma e cria a Delegação de Lisboa, ratificando a constituição da respectiva Comissão Instaladora.

O Conselho Nacional, reuniu na Sede, no passado dia 21 de Janeiro, com a participação de todos os seus elementos, excepto de Évora, contando com a presença de 17 observadores, vindos dos Açores, Bragança, Coimbra, Famalicão e Lisboa.

Dois conselheiros e um associado solicitaram à Mesa a utilização regulamentar da meia hora do período de antes da ordem do dia, a seu ver "relevantes para submeter à reflexão do Conselho Nacional."

Neste âmbito, o conselheiro Catarino Salgado referiu-se a que "no CN há uma lista autónoma e não lista A e B", à acumulação de cargos em diversas associações e à legitimidade do representante de Castelo Branco, por não ter havido eleições nesta Delegação; o conselheiro Anquises de Carvalho referiu-se à necessidade de todos os representantes do CD apresentarem a respectiva credenciação e fez distribuir um estudo sobre seguros para deslocações em serviço; por último, o associado Augusto Silva insistiu na necessidade de se proceder à revisão estatutária, decorrente do IV Congresso, e concluir o trabalho sobre a readmissão de associados.

Houve ainda inscrições para intervenção sobre estas questões, mas o CN não autorizou o prolongamento do período de antes da ordem do dia.

Orçamento deficitário

Depois de aprovada a acta da reunião anterior entrou-se na discussão do Plano de Actividades e do Orçamento e análise do Parecer do CFN sobre o 1º semestre do ano 2000.

A DN, na sua intervenção, assumiu pretender seguir novas filosofias e forma de apresentação, muito embora isso não tenha sido conseguido devido ao curto espaço de tempo disponível.

Mesmo assim, no que se refere ao Orçamento, foram apresentadas inovações substanciais, destacando-se, por um lado, a autonomização do orçamento da Tipografia, e por outro, a assunção de um orçamento associativo que revele com evidência a situação financeira da ADFA. Neste caso, salienta-se a não inscrição no Orçamento das verbas da Galp, mas tão somente o seu resultado líquido e o facto de, pela primeira vez, se assumir um orçamento com grande défice que imporá "uma política de saneamento financeiro, rigor e contenção orçamentais", reflectindo "a

situação real de uma ADFA descapitalizada."

"Pela primeira vez o Orçamento é apresentado com números reais, o que quer dizer que se fez o Orçamento com as reais receitas e despesas previstas", disse Patuleia Mendes, que salientou que "a DN não se escondeu atrás de receitas extraordinárias que até são previsíveis para mostrar aos dirigentes e à massa associativa que a situação financeira da ADFA é dramática."

O presidente referiu ainda que, quanto ao apoio que poderá vir do MDN, "fica muito claro que não é para ser devorado pela máquina burocrática da Associação, o que obriga a pôr no seu devido lugar uma estrutura engordada, como uma galinha para a qual não se aprovisionou milho para que se possa sustentar."

"O que daqui advém são cortes radicais nos custos, ataque claro ao desperdício e, embora muito nos custe, a adequação do quadro de recursos humanos à necessidade dos objectivos e receitas que as actividades da ADFA possam proporcionar", avançou o presidente, destacando que "a aprovação por unanimidade do orçamento da ADFA, evidência dos propósitos que a DN pretende levar a efeito é a aprovação associativa inequívoca de que o saneamento e contenção orçamentais, a política de rigor e verdade, foram plesbicitados na sua amplitude. Vamos pô-los em prática!"

Do Plano de Actividades para 2001 constam seis capítulos sobre a vida associativa, legislação, organização, Reabilitação e apoio social, desenvolvimento económico e actividades exteriores a nível nacional e internacional.

Em cada um destes temas define-se a filosofia de actuação da actual Direcção Nacional e salientam-se algumas medidas a implementar, tendo como pano de fundo que "este Plano procura, no horizonte do presente mandato, colocar em prática, no ano corrente, os objectivos prioritários possíveis, e lançar as bases de outros menos prementes e de realização pluriennial, tendo como orientação as conclusões do IV Congresso, resoluções do CN e as propostas do Programa Eleitoral."

O debate do Orçamento e do Plano de Actividades teve grande empenhamento do CN e muitas intervenções que levaram a que este ponto se esgotasse apenas perto das cinco da tarde. O Plano de Actividades foi aprovado com 19 votos favoráveis, três contra e uma abstenção.

Seguidamente abordou-se o que respeita à "recuperação e remodelação do edifício da sede da Delegação dos Açores e Projecto da Grotinha", tendo sido ouvido o conselheiro Humberto Viveiros, dos Açores. Foi decidido, por consenso, que este ponto continuaria no próximo CN com novos elementos para melhor enquadramento.

Delegação de Castelo Branco

Como o ELO já largamente noticiou, "os Órgãos Sociais da Delegação de Castelo Branco não têm desempenhado os seus cargos correctamente, do ponto de vista estatutário", não se tendo mesmo realizado eleições no passado dia 28 de Outubro para os Órgãos Sociais de Delegação, por incapacidade de apresentação de listas candidatas. "Neste contexto, era absolutamente necessário que o CN exercesse as suas competências estatutárias e para tal foi agendado este ponto na ordem de trabalhos", foi explicado na reunião.

Depois de um debate em que se salientou a necessidade de acautelar dignamente a situação do trabalhador daquela Delegação, o CN aprovou por maioria a seguinte proposta: "1) O CN, nos termos estatutários, suspende os OSD que se encontram em funções, gerindo a DN, directamente, a Delegação e a MAGN deve convocar eleições para a Delegação no mais curto prazo estatutário possível; 2) Que a DN estude com o próprio uma alternativa digna à condição de trabalhador do Garrido Nunes."

A DN lamentou "a decisão que foi necessário tomar, suspendendo os Órgãos Sociais da Delegação de Castelo Branco, no entanto a prática democrática, o eficaz funcionamento da Delegação e um transparente processo eleitoral não tinham outra forma de ser ultrapassados."

"Esperamos que este sério aviso aos associados da área lhes transmita o interesse dos OSN na sua prática e participação associativas na vida da nossa Associação", lembrou Patuleia Mendes.

A nova Delegação em Lisboa

O CN entrou no ponto seis da OT, devido a requerimento que alterou a ordem desta, debruçando-se sobre a criação da Delegação de Lisboa e ratificando a respectiva Comissão Instaladora.

Alguns conselheiros usaram da palavra e a única divergência surgiu relativamente à composição da Comissão Instaladora.

O CN aprovou por unanimidade a Criação da Delegação e ratificou a Comissão Instaladora com 11 votos a favor, tendo, em consequência, extinto a comissão de acompanhamento e o grupo de diálogo, depois de ter também aprovado o documento elaborado por este grupo, que esteve na base da proposta da DN para a criação da Delegação (ver caixa).

Alguns conselheiros, alegando o adiantado da hora, retiraram-se, tendo o CN ficado sem quorum, tal como havia acontecido no anterior, impossibilitando a continuação dos trabalhos.

Proposta aprovada no Conselho Nacional

De harmonia com a deliberação do CN, na sua reunião de 2000.JUL.04, o "Grupo de Diálogo para a Criação da Delegação de Lisboa apresentou, à DN, o documento-base de trabalho, então determinado, a fim de que a Comissão Instaladora respectiva desenvolvesse, em articulação com a DN, todas as tramitações que levem à distinção de poderes, competências, serviços e recursos, que permitam o cumprimento da outra decisão do mesmo Órgão, que define o final do 1.º semestre do corrente ano, para a realização de eleições para os Órgãos Sociais correspondentes.

O documento entregue, e anexo a esta proposta, é o reflexo da auscultação da vontade dos associados da área, e aponta já uma série de orientações dignas de apreço, que indiciam uma boa base de trabalho, para as tarefas a desenvolver no futuro imediato.

Entende a DN que tudo se irá desenrolar, verdadeiramente, a partir de agora e que, com o mérito que se lhe reconhece, o trabalho, presentemente objecto da nossa análise, é um projecto de intenções aberto, merecedor da nossa apreciação e discussão, na certeza de que ele constitui o expurgo do querer dos associados, em resultado da sua consulta directa.

O processo, que hoje se inicia, ou melhor, continua, deverá corresponder a uma relação dialogante, séria e defensora dos superiores interesses da ADFA, cabendo tais atitudes à DN, intérprete do interesse nacional na matéria, em articulação e acompanhamento com os Órgãos Sociais e as estruturas associativas nacionais e regionais, e à Comissão Instaladora, elo de ligação com a vontade e perspectiva dos associados da delegação, que se espera ver criada.

A DN tudo fará para que o processo, a desenvolver, seja um exemplo de cooperação, elevação de procedimentos e vector de companheirismo e solidariedade, que permitam aos intervenientes prestar um serviço digno à nossa Associação e de valor para o seu futuro.

Com base, assim, no desejo dos associados da área de Lisboa, a DN formula, à reunião do CN de 2001.JAN.20, a seguinte proposta:

1 - O CN cria a Delegação de Lisboa, com área de influência na zona geográfica atribuída à gestão dos Órgãos Sociais Nacionais, pela reunião deste Órgão, de Janeiro de 1985;

2 - O CN ratifica a constituição da "Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa", de harmonia com a proposta do "Grupo de Diálogo para a Criação da Delegação de Lisboa, em resultado da consulta aos associados da área, a qual é integrada pelos elementos seguintes:

- Manuel Lopes Dias - Associado nº 379
- Armando Ramos Alves - Associado nº 248
- Luis de Almeida Machado - Associado nº 11.534
- José Alberto B. Raimundo - Associado nº 11.521
- José Elias G. Fernandes - Associado nº 4.758
- Francisco Simão C. Janeiro - Associado nº 919
- António M. Garcia Miranda - Associado nº 3.097

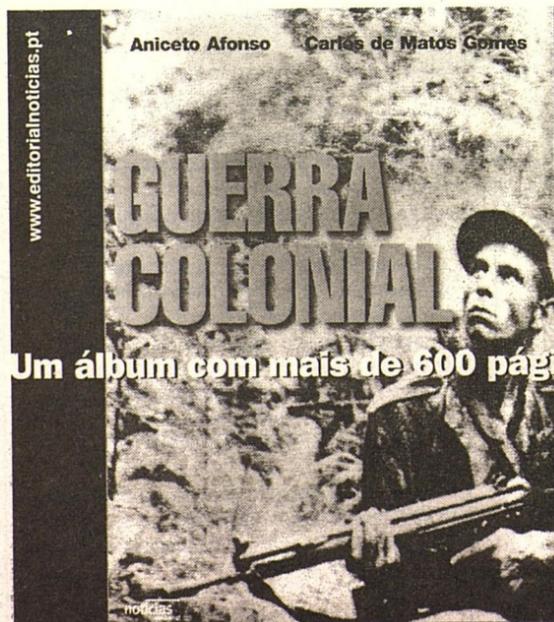
3 - O CN aprova, na generalidade, o documento elaborado pelo "Grupo de Diálogo, e incumbe a DN de assumir a condução dos interesses nacionais, em todo o processo de divisão com a Comissão Instaladora, de todas as funções, serviços e recursos, até agora acoметidos à responsabilidade dos Órgãos Sociais Nacionais;"

4 - O CN extingue a "Comissão de Acompanhamento", oportunamente nomeada, e o citado "Grupo de Diálogo", realçando o mérito de ambos, para que se tenha chegado a este estado de evolução do processo."

ADFA/Sede Nacional, 2001.JAN.05

A Direcção Nacional

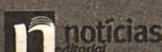
R.V.



A GUERRA COLONIAL

de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes

Um álbum com mais de 600 páginas e com quase mil fotos inéditas, mapas e infografias das grandes operações



O PRAZER DE LER ■ A PAIXÃO DE EDITAR ■

ENCOMENDE JÁ COM DESCONTO

Nome _____
 Morada _____
 Código Postal _____ Localidade _____
 Telefone _____ Profissão _____ Data de nascimento _____
 Levantar na ADFA (sem portes)
 Envio

Junto envio cheque no valor de 8820\$00 mais portes* de envio à ordem de ADFA
 *Portugal 345\$00/UE 2580\$00 (resto do mundo 517\$00)

Anexo do Hospital Militar encerra definitivamente

Deficientes com problemas por resolver

Quatro décadas passaram desde que os jovens militares portugueses começaram a embarcar rumo às então colónias portuguesas no continente africano. Quase imediatamente teve origem o refluxo de homens que regressavam feridos física e psicologicamente de um conflito para o qual estavam mal preparados em todos os sentidos.

Para receber, alguns dirão que para "esconder", os que se deficientaram no combate, as instalações do Anexo do HMP, em Campolide, Lisboa, eram pequenas e desconfortáveis.

A grande maioria dos associados da ADFA passou parte da sua vida nesse espaço de muros altos, com controle de saídas e entradas, em episódios que muitos retratam como de "estar numa prisão".

Nos últimos anos, o espaço do Anexo serviu para acolher os ex-combatentes que, vindos de África para tratar dos seus processos para classificação como DFA, aguardam a conclusão do episódio que lhes estragou a vida.

Separados das suas famílias, desenraizados da sua cultura e dos seus costumes, alguns lembram que tiveram que "optar pela nacionalidade do seu País de origem, deixando imediatamente de receber a pensão" que já lhes havia sido atribuída pelo Estado português e que agora aguardam. Outros ainda, com o seu processo concluído no que respeita a pensão, exigem que a reparação surja com retroactivos a 1975, data em que deixaram de receber pensão. Pendentes de reparação (através do cumprimento do que já foi legislado) estão também os Grandes Deficientes do Serviço Efectivo Normal (GDSEN), de que o associado Carlos Pereira é um exemplo de paciência e força de vontade. Há quase três décadas internado, reivindica, além da reparação material consagrada na lei, "uma mudança para instalações condignas e que permitam o bom acompanhamento das deficiências dos GDSEN."

Durante o mês de Janeiro, os 20 associados internados no Serviço seis do Anexo do HMP viveram o desenlace de uma situação que há muito estava anunciada: a venda do

espaço do Anexo a uma instituição bancária e a conseqüente extinção do Serviço seis.

Enfrentando a incógnita de uma mudança rápida, com o apoio logístico do Exército, os associados depararam-se no dia 4 de Janeiro com a informação de que ainda naquele dia teriam que arrumar os seus pertences e vagar as instalações.

A surpresa deu lugar à revolta e a posição assumida pelo grupo de internados naquele Serviço foi de reivindicar o conhecimento de para onde seriam transferidos e a intervenção das entidades competentes para acelerar os processos que, alguns há muitos anos, se desenrolam, embatendo em obstáculos burocráticos.

A Direcção Nacional interveio para que não se efectuasse uma mudança repentina e, reunindo com o director do HMP, Bargão dos Santos, e com o director do serviço de Medicina de Reabilitação daquele hospital, António Horta, foi possível adiar por alguns dias a mudança.

"Não podemos descurar a dignidade dos deficientes militares nossos associados", referiu Patuleia Mendes, presidente da DN.

Dias mais tarde, em reunião com o chefe do Estado Maior do Governo Militar de Lisboa, coronel Alfredo Horta, os associados expuseram as suas necessidades mais prementes, lamentando os anos fora de casa, da sua terra natal e da família.

Soares Neto foi um dos associados que falou, ponderando que "não queremos instalações luxuosas, mas queremos pedir ao MDN que acelere os nossos processos que duram há anos."

Durante os dias em que decorreu o processo de mudança, os associados decidiram não se apresentar às refeições e estiveram sempre reunidos para melhor apurar a mensagem a transmitir às entidades.

Por seu lado, a DN encetou contactos ao mais alto nível, junto do MDN, "para que o processo fosse o mais pacífico possível, salvaguardando-se sempre a dignidade dos associados."

A situação surgiu com a possibilidade de transferência para a Escola Militar de Electromecânica (EMEL), em Paço de Arcos,



O general Oliveira Simões visitou os associados

Oeiras, incluindo o pessoal militar e médico que tem acompanhado os deficientes militares do Anexo ao longo dos anos.

Quanto aos processos foi garantido que seriam cuidados e que seria feito um ponto da situação em que cada um se encontra.

Quando efectivamente os associados se mudaram para a EMEL, receberam a visita do director-geral de Pessoal do MDN (DGPMDN), general Oliveira Simões, que fez um ponto da situação sobre os processos, numa reunião com todos e onde também esteve presente o 2º comandante do Governo militar de Lisboa, general Lopes Camilo, o comandante da EMEL, coronel Darcílio Lamelas, o representante do departamento jurídico da DGPMDN, tenente coronel Fernando Reis e os representantes da DN, Patuleia Mendes, Artur Vilares e Santa Clara Gomes.

Durante a reunião e a visita, os associados puderam expor a sua situação, por vezes com alguma emoção.

"As instalações são muito melhores do que as do Anexo que há tantos anos conhecemos", refere Soares Neto, que salienta ainda que "o que ainda nos preocupa é o desenvolvimento dos nossos processos".

Carlos Pereira e os associados GDSEN foram instalados no serviço de Medicina de Reabilitação do HMP devido às suas deficiências.

Fica encerrado o ciclo do Anexo do HMP cujas instalações degradadas vão ser palco de outros fins. Os muros altíssimos do Anexo abriram-se para que saíssem, ainda que com problemas pendentes, os deficientes militares que ainda sofrem com a rudeza das marcas da Guerra Colonial. •

R.V.



A Direcção Nacional em diálogo com o director do HMP (à esquerda)

Tipografia-Escola da ADFA

Instalações provisórias em Sta. Clara

Com origem na venda do espaço do Anexo do HMP, decorreu no passado mês de Dezembro a mudança de instalações da Tipografia-Escola da ADFA, que agora está a funcionar provisoriamente em parte da antiga estrutura das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento do Exército, ao Campo de Santa Clara, em Lisboa.

Com a "preciosa ajuda dos funcionários da Tipografia", a mudança foi rápida e eficaz, consideram os elementos dos OSN que visitaram no passado dia 13 de Janeiro as instalações.

O espaço amplo acolheu as várias máquinas e todo o equipamento tipográfico, bem como material em "stock", sendo possível, através das divisões construídas, acondicionar autonomamente os serviços de montagem, dobragem e corte e pré-impressão/fotocomposição.

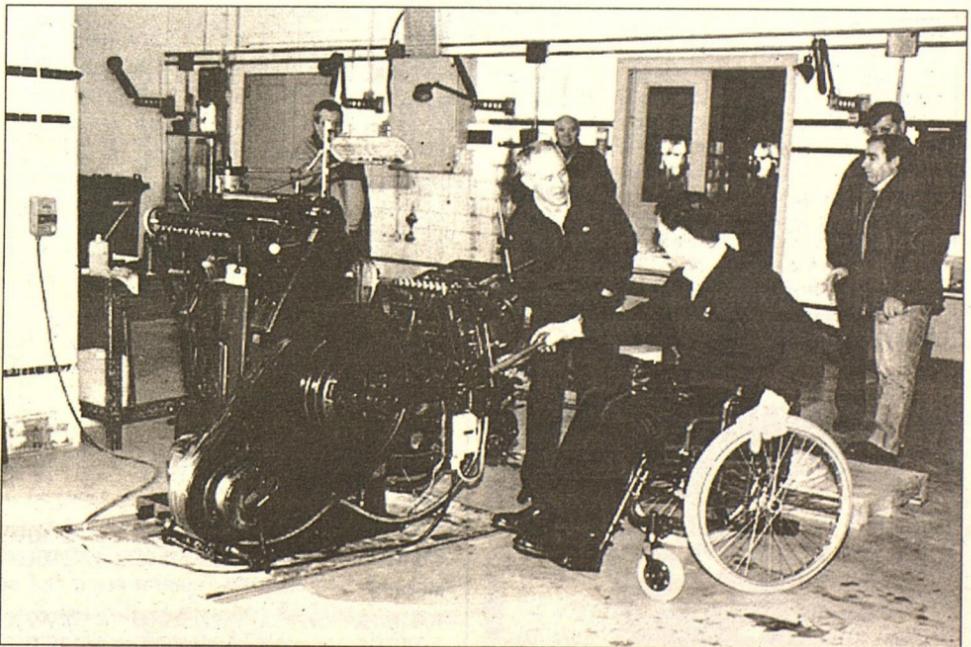
"O ruído das máquinas em funcionamento é incomodativo por causa do eco que se faz

sentir", lamentou Mário Mendes, coordenador da Tipografia da ADFA, que salientou ainda as vantagens do espaço enorme e "as desvantagens da localização das instalações, cujos acessos são complicados."

Por outro lado a DN, durante a visita, considerou que a Tipografia se encontra melhor instalada do que muitas firmas do ramo em Lisboa, num local central e com condições para a produção de muitos trabalhos, concorrendo no mercado gráfico.

"Trabalho não nos falta", realçou Armando Barradas, associado e funcionário "desde sempre" na Tipografia. "Agora temos que recuperar o tempo em que parámos para efectuar a mudança", referiu.

As instalações provisórias foram visitadas pelo ministro da Defesa Nacional, Júlio Castro Caldas, acompanhado pelo director-geral de Infra-estruturas do MDN, Cunha Rego, e pelo director-geral de Pessoal do MDN, general Oliveira Simões, entre outras entidades militares que também visitaram o espaço.



Os Órgãos Sociais Nacionais visitaram a tipografia

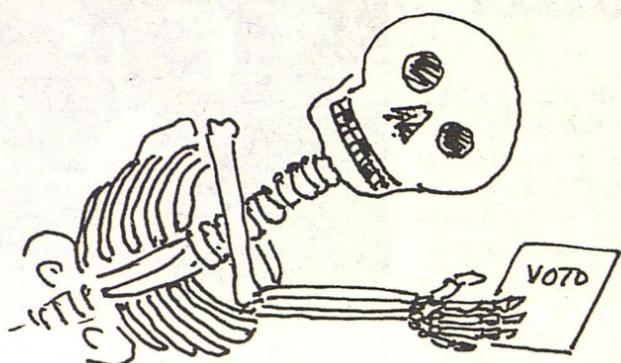
"Falta fazer algumas obras de adaptação, como a colocação de tectos falsos e de iluminação mais adequada para os trabalhos", alerta ainda Mário Mendes.

A DN congratula-se com a disponibilidade

do MDN para implantar provisoriamente a Tipografia da ADFA, estando em curso o estudo para estabelecimento definitivo das suas instalações no espaço da Quinta das Camélias, perto da Sede Nacional. •

R.V.

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



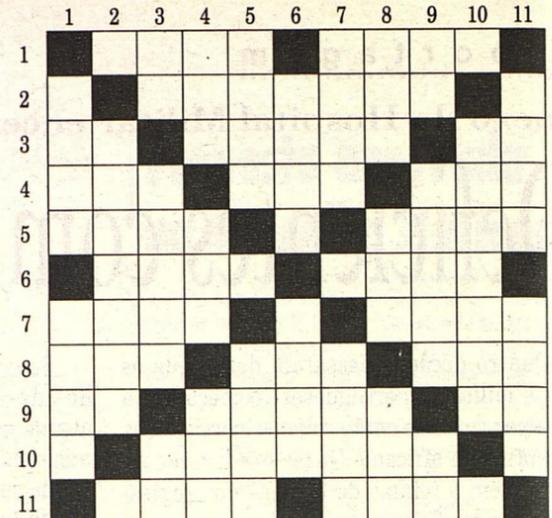
NOME CIENTÍFICO:

ELECTOR DEFUNCTUS

NOME VULGAR:

PRAGA DAS URNAS

MESMO DEPOIS DE MORTO,
VOTA NA ABSTENÇÃO



HORIZONTAIS

1 - Ave palmípede; área. 2 - Cada um enfia o seu... 3 - Antes de Cristo; capital do Egipto; Boro (s.q.). 4 - Contração de artigos; íntimo; lápis branco. 5 - barco de recreio; tunda. 6 - Limpa; serve para fixar fracturas. 7 - Do ar; Senatus Populusque Romano. 8 - Ponta afiada; cintura; Estados Unidos da América. 9 - aqueles; pequenos barcos; Extra terrestre. 10 - Chapéus dos doutores. 11 - Querido; aroma.

VERTICAIS

1 - Ilha da Indonésia; por. 2 - ... há muitos. 3 - Primeiras letras; suporta; aqui. 4 - Tomografia axial computadorizada; herdade demarcada; botequim. 5 Rezai; recipiente. 6 - Pilha; repare. 7 - Nada; estampilha. 8 - Relativo ao ouvido; saudáveis; Astro-rei. 9 - Nordeste; pancada; isolado. 10 - Boné de duas pontas. 11 - Ri; roedor.

SOLUÇÕES HORIZONTAIS

1 - Pató; zona. 2 - Barrete. 3 - AC; Cairo; Bo. 4 - Lha; imo; giz. 5 - Late; sova. 6 - Pura; tala. 7 - Aero; SPQR. 8 - Pua; cós; EVA. 9 - Os; botes; ET. 10 - Capelos. 11 - Caro; olor.

VERTICAIS

1 - Bali; apor. 2 - Chapéus. 3 - AB; altura; cá. 4 - TAC; ero; bar. 5 - Orai; copo. 6 - Rima; note. 7 - Zero; selo. 8 - Oto; sás; sol. 9 - NE; golpe; só. 10 - Bivaque. 11 - Goza; rato.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

VOLKSWAGEN E AUDI		
MODELO	P.BASE	P.V.P.
Lupo		
1.0 Conceptine	1.553.718.00	2.186.279.00
1.0 Conceptine AC	1.817.951.00	2.495.431.00
1.2 3 litros	2.141.409.00	3.027.531.00
1.4 Highline Automático	2.255.056.00	3.474.480.00
1.4 TDI Conceptine	2.068.270.00	3.316.631.00
Polo		
1.0 Conceptine 3p	1.688.659.00	2.352.935.00
1.4 Conceptine 3p	1.879.329.00	3.043.655.00
1.4 Highline AC 3p	2.176.969.00	3.391.893.00
1.4 Confortline 3p cx. Aut.	2.110.081.00	3.313.635.00
1.4 Confortline 5p cx. Aut.	2.175.074.00	3.389.676.00
1.4 TDI Confortline 3p	2.301.231.00	3.597.970.00
1.4 TDI Confortline 5p	2.366.221.00	3.674.009.00
1.4 TDI ABS+AC 5p	2.583.319.00	3.928.013.00
1.4 TDI Trendline 5p	2.561.697.00	3.902.715.00
1.4 TDI Trendline AC 5Pp	2.714.942.00	4.082.012.00
Polo Variant		
1.4 Confortline	2.116.375.00	3.320.999.00
1.4 Highline AC	2.447.867.00	3.743.944.00
1.9 SDI Confortline	2.340.173.00	4.542.507.00
1.9 TDI Confortline AC	2.521.868.00	4.755.090.00
1.9 TDI Trendline AC	2.903.590.00	5.201.704.00
Polo 3 Volumes		
1.4 Confortline	2.044.334.00	3.236.711.00
1.4 Highline	2.405.826.00	3.659.656.00
1.9 SDI Confortline	2.421.631.00	4.637.812.00
1.9 TDI Confortline	2.449.954.00	4.670.950.00
1.9 TDI Trendline	2.831.549.00	5.117.417.00
Golf		
1.4 Confortline 3p	2.303.061.00	3.548.196.00
1.4 Confortline 5p	2.366.677.00	3.622.627.00
1.4 Confortline 3p JE AC	2.781.708.00	4.108.213.00
1.4 Confortline 5p JE AC	2.871.776.00	4.213.593.00
1.9 TDI 90 cv 5P	2.797.183.00	5.085.983.00
1.9 TDI 90 cv 5P AC	2.972.559.00	5.291.173.00
1.9 TDI "25 Anos" 5p 90 cv	3.045.312.00	5.376.294.00
1.9 TDI cx. Aut.	3.010.651.00	5.335.741.00
1.9 TDI "25 Anos" cx. Aut.	3.258.779.00	5.626.051.00
1.9 TDI 100 cv 5p	2.843.474.00	5.140.144.00
1.9 TDI AC 100 cv 5p	3.018.850.00	5.345.334.00
1.9 TDI 115 cv cx 6 vol.	3.769.160.00	6.223.196.00
1.9 TDI 115 cv Motion	4.028.918.00	6.527.113.00
1.9 TDI Motion Tiptronic	3.981.173.00	6.471.252.00
Golf Variant		
1.9 TDI 90 cv AC	3.075.324.00	5.411.408.00
1.9 TDI 90 cv cx. Aut.	3.288.792.00	5.661.166.00
1.9 TDI 100 cv AC	3.121.617.00	5.465.571.00
1.9 TDI 115 cv 6 vol.	4.079.839.00	6.586.691.00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.291.983.00	6.834.899.00
Bora		
1.9 TDI 100 cv	3.362.927.00	5.747.904.00
1.9 TDI 115 cv	3.916.678.00	6.395.792.00
1.9 TDI 115 cv Tiptronic	4.124.301.00	6.638.711.00
Passat		
1.9 TDI 100 cv 5 vol.	3.467.159.00	5.875.705.00
1.9 TDI 130 cv 5 vol.	3.844.132.00	6.316.764.00
1.9 TDI 130 cv 6 vol.	4.320.311.00	6.873.893.00
1.9 TDI 130 cv Tiptronic	4.609.474.00	7.212.214.00
1.9 TDI 130 cv 6 vol.	4.687.556.00	7.303.570.00
2.5 TDI 150 cv 6 vol.	5.111.765.00	8.937.836.00

Passat Variant		
1.9 TDI 115 cv	4.397.965.00	6.964.748.00
1.9 TDI Tiptronic 115 cv	4.744.212.00	7.369.857.00
2.5 TDI 150 cv 6 vol.	5.188.898.00	9.028.082.00
Audi A2		
1.4 TDI	2.990.331.00	4.430.542.00
Audi A3		
1.6 3P	3.666.741.00	5.550.049.00
1.9 TDI Att. 3P	3.940.888.00	6.441.668.00
1.9 TDI Att. 5P	4.465.165.00	7.055.072.00
Audi A4		
1.9 TDI 130 cv	4.674.038.00	7.267.864.00
2.5 TDI V6 Quattro	6.034.178.00	10.028.759.00
Audi A4 Avant		
1.9 TDI Att. 115 cv	4.850.746.00	7.506.202.00
2.5 TDI Att. 150 cv	5.638.625.00	9.565.962.00
Audi A6		
1.9 TDI 110 cv	5.856.445.00	8.624.950.00
1.9 TDI 110 cv TA	6.044.479.00	8.844.950.00
2.5 TDI 150 cv	7.216.986.00	11.323.837.00
2.5 TDI Tiptronic 180 cv	7.828.407.00	12.039.200.00
Audi A6 e Avant		
2.5 TDI 150 cv	7.216.974.00	11.412.631.00
2.5 TDI 180 cv Tiptronic	7.828.394.00	12.127.992.00
2.5 TDI 150 cv Avant	7.399.654.00	11.626.366.00
2.5 TDI 180 cv Avant Tiptr.	8.012.916.00	12.343.883.00
FIAT		
Seicento		
Seicento S	987.877.00	1.575.000.00
Seicento Sport	1.295.569.00	1.935.000.00
Seicento Elettra	3.880.342.00	4.590.000.00
Punto		
1.2 3p	1.362.033.00	2.120.000.00
1.2 ELX 5p	1.571.435.00	2.365.001.00
1.2 ELX 16v 5p	1.682.546.00	2.495.000.00
1.2 ELX 16v Speedgear	1.862.033.00	2.705.000.00
1.2 Sport 3p	1.981.691.00	2.845.000.00
1.9 JTD ELX 5p	1.725.807.00	3.805.000.00
1.9 JTD HLP 3p	1.883.926.00	3.989.999.00
Palio		
Weekend 75	1.964.597.00	2.825.000.00
Weekend 70 TD	1.902.792.00	3.610.000.00
Bravo		
80 16v SX	2.101.349.00	2.985.000.00
100 16v Sport	2.239.074.00	3.810.000.00
1.9 JTD Sport	2.503.585.00	4.715.001.00
Brava		
80 16v SX	2.101.349.00	2.985.000.00
105 JTD Stile	2.503.585.00	4.715.001.00
Multipla		
100 16v ELX	2.892.920.00	4.574.999.00
1.9 JTD ELX	3.054.867.00	5.360.000.00
Marea e Marea Weekend		
100 16v SX	2.221.980.00	3.790.000.00
1.9 JTD ELX	2.700.166.00	4.945.000.00
1.9 JTD Weekend	2.640.337.00	4.875.000.00

1.9 JTD HIX Weekend	3.046.320.00	5.350.000.00
LANCIA		
MODELO		
Y 1.1 Elefantino Blue	1.494.318.00	2.157.000.00
Y 1.2 cx. Autom.	1.962.473.00	2.809.000.00
Y 1.2 16V LS	1.688.968.00	2.488.999.00
Libra 1.6	3.508.179.00	5.236.400.00
Libra 1.9 JTD LX	3.525.158.00	5.863.301.00
Libra 2.4 JTD LX	3.757.800.00	7.014.600.00
Libra SW 1.6	3.721.854.00	5.486.400.00
Libra SW 1.9 JTD LX	3.738.833.00	6.113.300.00
Libra SW 2.4 JTD LX	3.971.476.00	7.265.601.00
Lancia K 2.0	4.348.946.00	6.989.500.00
Lancia K 2.4 JTD LS	5.238.997.00	8.748.600.00
Lancia K SW 2.4 JTD	5.487.715.00	9.039.600.00
RENAULT		
MODELO		
Twingo		
Expression 1.2	1.427.807.00	2.134.230.00
Privilege 1.2	1.513.277.00	2.234.230.00
Clio		
RN 1.2 3p	1.566.269.00	2.296.230.00
SI 1.4 16v 3p	1.804.223.00	2.922.230.00
RN 1.2 5p	1.631.226.00	2.372.230.00
RXE 1.4 16v 5p	1.889.693.00	3.022.230.00
RN 1.9D 5p	1.562.040.00	3.549.230.00
RXE 1.9 DTI	1.774.006.00	3.797.230.00
Megane RTE		
Expression 1.4 16v 5p	2.478.985.00	3.717.230.00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	2.881.988.00	4.583.230.00
Expression 1.9 DTI	2.636.802.00	4.812.230.00
Privilege 1.9 DTI	2.812.016.00	5.017.230.00
Megane/ Break		
Expression 1.4 16v	2.564.455.00	3.817.230.00
Dynamique 1.6 cx. Aut.	2.967.458.00	4.683.230.00
Expression 1.9 DTI	2.722.272.00	4.912.230.00
Privilege 1.9 DTI	2.889.486.00	5.117.230.00
Megane Classic		
RTE 1.4 16v	2.521.720.00	3.767.230.00
RXE 1.9 DTI AC	2.679.537.00	4.862.230.00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	2.854.751.00	5.067.230.00
Megane Scenic		
RTE 1.4 16v	2.486.677.00	3.726.230.00
RXE 1.9 DTI AC	3.029.110.00	5.271.230.00
RXE 1.9 DTI AC + cx. Aut.	3.225.691.00	5.501.230.00
Laguna		
RXE 1.6	2.883.697.00	4.585.230.00
RXT 1.9 DTI	3.078.683.00	5.329.230.00
RXT 2.2 DT	3.654.658.00	6.606.230.00
Laguna Break		
RXE 1.9 DTI	3.232.529.00	5.509.230.00
RXT 2.2 DT	3.808.504.00	6.786.230.00
Kangoo		
1.2	1.794.291.00	2.572.230.00
RTE 1.9 DTI	2.084.934.00	4.170.230.00
Kangoo Expresso		
FGTE RL 1.2	1.572.783.00	2.051.230.00
FGTE RN 1.9	1.778.719.00	2.732.230.00

FGTE RL Grande Volume	2.006.925.00	2.999.230.00
OPEL		
MODELO		
Agila		
1.0 XE 5p	1.281.529.00	1.859.985.00
1.2 Elegance 5p	1.558.966.00	2.365.450.00
Corsa		
1.0 3p	1.581.072.00	2.210.451.00
1.0 5p	1.640.901.00	2.280.451.00
1.7 DT 3p	1.805.150.00	3.522.450.00
1.7 DT 5p	1.864.979.00	3.592.450.00
1.2 Confort 5p	1.751.274.00	2.590.450.00
1.7 DT Confort 5 p	2.001.731.00	3.752.450.00
Astra		
Club 1.4 4p	2.411.393.00	3.668.450.00
Club 1.7 DTI 4p	2.587.201.00	4.437.450.00
Club 2.0 DTI 5p	2.519.646.00	4.944.450.00
Club 2.0 DTI 4p	2.553.834.00	4.984.450.00
Elegance 2.0 DTI 5p	2.835.885.00	5.314.450.00
Sport 2.0 DTI 3p	2.741.868.00	5.204.450.00
Club 2.0 DI 4p cx. Aut.	2.596.569.00	5.034.450.00
Club 2.0 DI 5p cx. Aut.	2.562.381.00	4.994.450.00
Astra Caravan		
Club 1.4	2.479.749.00	3.748.450.00
Club 1.7 DTI	2.655.577.00	4.517.450.00
Club 2.0 DTI	2.622.210.00	5.064.450.00
Elegance 2.0 DTI	2.938.449.00	5.434.450.00
Club 2.0 DI cx. Aut.	2.664.945.00	5.114.450.00
Astra Coupé		
1.8 XE	3.237.096.00	5.406.449.00
2.0 Turbo	3.952.389.00	6.626.449.00
Vectra		
1.6 4p Confort	3.125.576.00	4.900.450.00
2.0 4p Confort	3.166.654.00	5.701.450.00
2.0 5p Caravan	3.311.953.00	5.871.450.00
2.0 DTI 4p Elegance	3.423.064.00	6.001.449.00
2.0 DTI 5p Caravan	3.568.364.00	6.171.450.00
2.2 DTI 4p Elegance	3.390.848.00	6.299.450.00
2.2 DTI 5p Caravan	3.536.147.00	6.469.449.00
1.6 4p Sport	3.570.020.00	5.420.450.00
2.0 DTI 4p Sport	3.6	

Reunião de associados

Praças querem promoção



Os associados marcaram a grande audiência à reunião no Salão Nobre da Sede Nacional

O salão nobre da Sede Nacional foi o palco da reunião que trouxe mais de cem associados à discussão sobre a aplicação do DL 134/97 ("capitães-coroneis") e sobre a proposta do grupo parlamentar do PSD sobre a matéria, entretanto a aguardar uma tomada de posição da ADFA.

Na presença dos representantes dos Órgãos Sociais Nacionais, os associados trouxeram a debate dois documentos sobre a matéria. O memorando produzido sobre o DL 134/97 evidenciou que, para os associados oriundos da classe de praças, este projecto de lei lesa o princípio da igualdade, como princípio estruturante do Estado de direito democrático.

Patuleia Mendes, presidente da DN, congratulou-se com o facto de a reunião ter sido organizada a partir do movimento associativo dos praças, "que representam a grande maioria dos associados desta casa."

"Estas reuniões são muito importantes para o esclarecimento que permitirá criar uma coordenação para que o trabalho possa ter um grupo de diálogo para «afinar a pontaria» ao iniciar uma negociação, dentro dos quadros do que pode exigir-se, de forma coerente e juridicamente apoiada", continuou o presidente.

O representante do CFN, Cotrim Viana, leu os documentos em apreciação: o anteprojecto legislativo do MDN, o documento da

DN ao CCADFA e o projecto de lei do grupo parlamentar do PSD.

Patuleia Mendes informou ainda que, através de contactos mantidos com o grupo parlamentar do PSD, a apresentação em Plenário foi suspensa, sendo "urgente uma tomada de posição da ADFA" sobre este assunto.

Apresentadas a proposta do grupo que elaborou os documentos, foi decidido que a comissão de trabalho sobre o assunto fosse composta por associados oriundos das classes de praças, sargentos e oficiais, partindo de um grupo constituído por alguns associados.

Quanto à análise da proposta do PSD, considerou-se que esta afasta as praças com a graduação a sargento, apenas com efeitos para benefícios sociais. Para corrigir esta insuficiência, foi feita a proposta de alteração da redacção do n.º 2 do art.º 1º do projecto de Lei, passando a ter a forma seguinte: "as praças que sejam consideradas como militares Deficientes das Forças Armadas, nos termos do número anterior, são promovidas ao posto de 1º sargento, com direito à pensão correspondente ao 3º escalão desse posto."

Já perto do encerramento da reunião foi aprovado que a DN constituísse uma comissão de trabalho sobre o DL 134/97 a partir deste grupo de praças, também com elementos oriundos das classes de sargentos e de oficiais.

Os documentos apresentados pelo grupo de trabalho também foram aprovados na generalidade, e entregues à DN com o contributo deste grupo de associados. •

R.V.



Nacional e os serviços que vão passar para a sua gestão. "Não queremos passar os custos para a Delegação de Lisboa", garantiu Patuleia Mendes, que salientou também a importância da participação associativa dos associados da área de Lisboa, com um Conselho de Delegação e Órgãos Sociais que expressem a sua posição face à realidade da ADFA e do exterior. •

R.V.

A Coluna do Zangão

Chocante, não é?



Victor Sengo

Olá meus amigos. Após um interregno, volto ao vosso convívio.

Desta vez não vou utilizar, exclusivamente, o estilo, "diálogo", como desde há mais de vinte anos venho fazendo.

Trago-vos hoje um assunto que quero submeter à vossa apreciação e reflexão.

Recentemente os produtores de leite dos Açores foram penalizados pela União Europeia em 4,5 milhões de contos.

Crime: produziram mais que a quota estipulava.

O primeiro-ministro declarou que: "... não senhor, os produtores açorianos não vão pagar, o governo paga por eles..."

Isto é, pagam todos os portugueses.

Mas a questão, a verdadeira questão não é pagar um grupo de cidadãos, ou o país.

O que está em causa é o motivo da penalização.

Regularmente vemos jovens que, generosamente aguardam às portas dos estabelecimentos de venda de produtos alimentares, as ofertas em géneros destinadas ao "Banco Alimentar".

Grupos de cidadãos, distribuem alimentos aos sem-abrigo, principalmente nas grandes metrópoles.

Os meios de comunicação social vão noticiando que, por falta de verbas, a escola tal não pode continuar a fornecer leite aos alunos mais carenciados. Há fome em Angola, em Timor, em Moçambique, isto para falar apenas dos povos que por razões históricas e culturais nos estão mais próximos.

Podemos incluir a Somália, a Etiópia, a Índia enfim, segundo dados de Organismos Internacionais, é assustador o número de pessoas de todas as idades que diariamente morrem à fome.

É chocante, não é?

Já agora. Estas penalizações não são exclusivas do aumento de produção de leite, são extensivas à produção de carne, cereais, frutos...

Anualmente a União Europeia fixa os quantitativos que cada parceiro pode produzir. Quem produzir de mais é premiado com a respectiva multa.

Convém ter em mente, que os relatórios que denunciam a fome, a falta de condições higiénico-sanitárias e outras carências, são elaborados por Organismos Internacionais mercedores de toda a credibilidade, que os difundem.

Certamente também serão divulgados junto dos dirigentes europeus responsáveis, pelas tais quotas.

Ah! Quase que me esquecia.

A União Europeia é uma acérrima defensora dos DIREITOS DO HOMEM. •

Fotolegenda



O presidente da Direcção da Liga dos Combatentes, general Júlio Oliveira, visitou a Sede Nacional da ADFA no passado dia 23 de Janeiro, tendo almoçado com a Direcção Nacional

R.V.

Reunião de associados na Sede Nacional

Delegação de Lisboa em debate

A criação da Delegação de Lisboa dominou a agenda da reunião de associados realizada na Sede Nacional, no passado dia três de Janeiro.

Depois da leitura do programa para a Comissão Instaladora da Delegação, "um documento enquadrador, que baliza o planeamento e desenvolvimento de iniciativas da nova estrutura associativa", foi realçado que "é necessário incentivar o bom-senso e o diálogo que se iniciou em torno da criação da Delegação de Lisboa."

Foi também apresentado um perfil para a Comissão instaladora, com os associados

Lopes Dias, Armando Alves, Luís Machado, José Raimundo, José Fernandes, Francisco Janeiro e António Miranda a formar a equipa de trabalho.

"Queremos pessoas que participem verdadeiramente na vida associativa", alertou Fernando Carvalho, numa das muitas intervenções da noite.

Sobre a participação dos núcleos da área de Lisboa na Comissão Instaladora da Delegação, Lopes Dias aconselhou que "devem fazer parte dos futuros órgãos da Delegação."

Uma das preocupações face à criação da Delegação é o espaço que vai ocupar na Sede

uma valência a continuar, havendo intenção de criar novos serviços destinados a actividades ocupacionais e apoio domiciliário dos residentes na área.

Segundo Patuleia Mendes, presidente da DN, "foi informado que irá continuar a adaptação das presentes instalações para novas valências, onde se incentive actividades dos residentes e se lhes proporcione uma forma diferente de estar, situação que passa por alguma renovação e profissionalização dos recursos humanos existentes, tendo que acautelar-se por isso a prestação de voluntários, incluindo os disponibilizados pela ADFA, que deverão frequentar formação adequada para

tão meritória dedicação aos residentes do Lar."

Depois desta primeira reunião, considerou-se "importante a continuidade destes contactos regulares para melhor adequação do Lar à sua missão", na qual deverá incluir-se o seu relacionamento funcional com as instalações da Sede da ADFA.

"Muito haverá a desenvolver em tais contactos, com o novo director que ainda se encontrava a tomar conhecimento profundo e real de todas as diversificadas situações que pretende melhorar-se, em benefício da qualidade de vida dos seus utentes", salientou ainda o presidente da DN. •

R.V.

ADFA assume posição

Doenças dos militares portugueses no Kosovo

A Direcção Nacional da ADFA assumiu uma posição face ao já chamado "Síndrome dos Balcãs" em comunicado à imprensa divulgado no dia oito de Janeiro, o que originou alguns artigos e entrevistas em diversos órgãos de Comunicação Social.

A ADFA considera que "as leis actuais não protegem correctamente os militares e não atendem ao complexo estatuto especial da condição militar", num documento que o ELO reproduz na íntegra.

A ADFA, na sua qualidade de representante de todos aqueles que adquiram deficiências permanentes no cumprimento do serviço militar, quer em tempo de guerra, quer em tempo de paz, bem como dos "herdeiros hábeis" dos que falecerem, está a acompanhar com grande preocupação a situação dos militares portugueses que prestam serviço nos Balcãs.

A comunicação social, nacional e internacional, tem feito eco das eventuais consequências provocadas pelas radiações do armamento utilizado nos bombardeamentos na região e que, até ao momento, parece ter afectado gravemente um número significativo de militares.

Desconhecendo-se a amplitude do fenómeno ou a sua real origem, a verdade é que é claro que a presença dos militares naquela zona os expõe

ao já chamado "síndrome dos Balcãs".

Tal evidencia notoriamente a especialidade da condição da prestação do serviço militar e as suas dramáticas consequências, mesmo quando em acções humanitárias e de paz, pela sujeição ao contacto e uso permanentes de equipamento e armamento de enorme capacidade letal.

Desde sempre a ADFA tem chamado a atenção dos Governantes e opinião pública para esta especial condição de risco elevado sem que, no entanto, tal tenha produzido legislação adequada.

Independentemente de decisões políticas sobre a participação de tropas portuguesas em missões e acções no estrangeiro, a ADFA entende que - e mesmo no território nacional - as leis actuais não protegem correctamente os militares e não atendem ao complexo estatuto

especial da condição militar, permitindo fugas à responsabilidade e o abandono daqueles que serviram o País.

O recente DL 503/99, de 20 de Novembro que regula o regime jurídico dos Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais da Administração Pública veio subalternizar ainda mais os militares afectados por acidentes ou doenças no cumprimento do serviço, situação que se mantém ainda em vigor não obstante o pedido antecipado da ADFA para a sua suspensão.

A título de exemplo refira-se que os militares doentes ou os herdeiros dos falecidos vítimas daquele síndrome, sem medidas de excepção, não terão direito a ser indemnizados, salvaguardada a cobertura por eventuais seguros.

É assim fundamental que o Estado Português assumira inequivocamente o Estatuto de reparações morais e materiais devidas a todos os militares em todas as situações que a especialidade deste serviço implica, acabando com as resoluções casuísticas geradoras de dramas pessoais e familiares e de instabilidade político-social. •

Direcção Nacional

Risco Agravado

"Em JAN77, em Tancos, durante uma sessão de lançamento de treino de saltos em pára-quedas, ao efectuar uma aterragem houve uma forte rajada de vento e embati com violência no solo. Em consequência, sofri traumatismo no joelho esquerdo, mas fui considerado curado sem incapacidade para o trabalho. Nos últimos anos tenho vindo a sofrer de fortes dores no joelho. Gostava de saber se posso tentar a qualificação DFA, ao abrigo do DL 43".

Para ser qualificado DFA torna-se necessário que se verifiquem os seguintes requisitos: que o acidente tenha decorrido no exercício de funções e deveres militares e por motivo do seu desempenho, em condições de que resulte, necessariamente, risco agravado equiparável a serviço de campanha; que do referido acidente resulte uma diminuição permanente, em pelo menos 30%, da capacidade geral de ganho; que resulte provada a relação de causalidade adequada entre a situação de risco agravado e o acidente, e finalmente que se prove a relação de causalidade adequada entre o acidente e as lesões que determinam a incapacidade.

Deste modo, é antes de tudo necessário fazer a prova de que o acidente ocorreu em serviço e de que a actividade militar desenvolvida revestiu especial perigosidade, sujeitando os militares a um risco muito superior ao risco que é próprio das actividades militares, em termos de poder ser equiparável ao risco próprio das situações de campanha.

Torna-se assim fundamental averiguar as circunstâncias concretas em que o salto foi executado, nomeadamente, a altura do salto, as condições do terreno e as condições atmosféricas.

Se resultar provado que no momento da aterragem se verificaram circunstâncias anormais que elevaram o risco normal do salto, como rajadas de vento de tal forma forte e multidireccionais que o obrigaram a tocar o solo com anormal violência, o que poderá ser feito através do depoimento de camaradas que participaram no referido treino, poderá ser considerado que a actividade se revestiu de risco agravado, podendo eventualmente ser qualificado DFA se se reunirem os restantes requisitos.

Para o efeito, poderá dirigir um requerimento ao Chefe Estado Maior do respectivo ramo, descrevendo as circunstâncias em que se deu o acidente, acompanhado da indicação de, pelo menos, duas testemunhas do acidente, e de atestado médico de preferência especialista que descreva as lesões de que actualmente padece e as relações com o acidente sofrido em JAN77. •

Nuno Santa Clara

Inês Soares de Castro

Comentário

Explicando

Mais uma vez, está o país à beira da histeria com um fenómeno de contornos nebulosos. Mais uma vez, cruzam-se a falta de sensibilidade e de capacidade de informar por parte dos poderes públicos com o amadorismo e a sede de um "caso" pela comunicação social. Como quem sai prejudicado é sempre o cidadão, vamos tentar dar algum esclarecimento, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a ADFA, é sempre bom repetir, não se esgota nos deficientes da Guerra Colonial, antes está atenta a tudo quanto venha a atingir os militares, quaisquer que sejam as circunstâncias; segundo, porque parece que a situação, a estar criada, demonstra o absurdo de alguma da nossa legislação.

O urânio é o metal mais pesado existente na terra; é três vezes mais denso de que o ferro. De mera curiosidade passou a material estratégico quando se descobriu que, conjuntamente com a sua forma mais abundante e estável, o U238, havia uma variedade radioactiva, o U235. Com o desenvolvimento da energia nuclear, civil e militar, a sua procura subiu; Portugal tem minas de urânio, das quais as mais conhecidas são as da região Nelas-Mangualde, sem que daí tenha vindo mal às populações.

Separadas as duas variedades (chamados isótopos), desviada a radioactiva para as centrais nucleares, que fazer com o superpesado e caro U238, agora chamado "urânio empobrecido"? O desenvolvimento das armas anti-carro haveria de lhe dar utilização. Sem querer entrar em detalhes, há duas formas de furar as blindagens: uma é com explosivos, a outra é recorrer a projecteis de alta velocidade e grande peso e dureza; o projectil não explode, mas a força do impacto perfura e funde a blindagem, provocando dentro do carro de

combate uma "chuva" de metal derretido que fere o pessoal e danifica todos os sistemas, podendo incendiar combustível e munições, e libertando ainda, como efeito secundário, uma nuvem de urânio em pó; uma arma infernal, em suma. Para os mais curiosos, um projectil de carro de combate calibre 120mm tem cerca de 4Kg de peso, e com uma velocidade de 2.000 metros por segundo, atinge uma energia de 16.000 toneladas!

Como resultado secundário do impacto, ficam estas poeiras tóxicas, perigosas se inaladas ou ingeridas, por duas razões: primeiro, porque se trata de um metal pesado, que causa envenenamento, tal como o chumbo, o cobre ou o estanho, e parece ser esta a principal ameaça destas munições; segundo, porque o U238, mesmo "empobrecido", tem ainda radioactividade residual capaz de causar lesões por longa exposição, como é o caso do metal inalado ou ingerido em comida contaminada, por exemplo. O urânio empobrecido sólido não causa problemas, podendo ser manuseado como qualquer outra munição, sem cuidados especiais. Este o aspecto "científico" do problema. Vejamos o aspecto humano.

Algumas das guerras travadas na última década do século XX tinham algo de insólito: foram declaradas de "zero mortos" ou mesmo de "guerras humanitárias". Aparentemente, algo novo: até agora, sempre se considerara que as limitações aos actos de violência na guerra, se bem que com a capa da "humanidade", decorriam do medo de represálias idênticas ou piores do adversário. Isto é, se me lanças a bomba atómica, respondo com uma igual ou maior. Mas, se o adversário não tiver meios de retaliar? Como os índios ou os povos africanos no século XIX? Aí, lança-se o humanitarismo às malvas e a superioridade tecnológica resolve o conflito. Vistas por este prisma, as guerras "zero mortos" são iguazinhas às outras, só que de um lado há em teoria "zero mortos". Foi assim no Golfo e foi assim nos Balcãs: a superioridade tecnológica permitiu poupar vidas aliadas, mas além das destruições no solo e das baixas, sobretudo iraquianas, deixaram no terreno e nas próprias

tropas efeitos indesejáveis que foram escondidos da opinião pública, seduzida pelos "ataques cirúrgicos" (mesmo quando o bisturi falhava). Concretamente, calcula-se que nas carcaças dos carros de combate e nas areias do Iraque e do Koweit há cerca de um milhão de projecteis de urânio; nos Balcãs, estima-se terem sido disparados cerca de 30.000 projecteis, de menor calibre, por aviões e helicópteros dos aliados.

A mais sábia forma de fazer uma guerra é fazê-lo em terra alheia. Terra queimada, destruições, contaminações químicas ou nucleares, tudo esse contencioso fica para o pós-guerra, caso alguém fique em estado de reclamar. Mas estas coisas são normalmente armas de dois gumes. Os testes nucleares americanos ou russos com tropas nos anos 50, a utilização de "agente laranja" (com dioxina) no Vietname, a utilização de projecteis de urânio empobrecido e a destruição (alegada) de arsenais químicos no Iraque são exemplo disso. As nossas tropas não ficam imunes aos seus efeitos, e querer escondê-lo é tapar o sol com uma peneira. Ou seja, os "zero mortos" não estão matematicamente correctos, e por muito que custe a quem queira "vender" uma guerra limpa, ela será sempre suja, no sentido de que tem custos humanos dos dois lados. O mais importante é promover uma cultura de paz; enquanto não lá chegarmos, prever as acções, instruir as tropas, acompanhar a situação e sobretudo assumir todos os efeitos, por forma a evitar, quer a sensação de abandono pelos atingidos, quer o aproveitamento por oportunistas que não deixam nunca de aparecer.

Chegamos assim ao que directamente nos interessa: não duvidamos da legitimidade de quem decide uma intervenção externa de forças portuguesas, isoladas ou em acções internacionais; mas não deixaremos de lutar para que todas as contingências estejam previstas e acauteladas, e para que não se repita a sordidez da legislação e da actuação da administração durante a Guerra Colonial, e que ainda hoje perdura: a batalha pela definição dos conceitos de serviço, campanha ou combate, feita por pessoal que nem pelos filmes do Rambo conhece a realidade dos factos, e ainda por cima com o espírito tacanho de manga de alpaca que nem a democratização do país amaciou...

Para ilustrar esta diatribe, proponho um exemplo: como classificar um deficiente atingido por contaminação química ou radiológica aliada? Se tomarmos o exemplo da nossa História recente, dado que não foi acção directa ou indirecta do inimigo, mas do amigo, talvez a sua lesão no campo de batalha fosse considerada em serviço - a menos que algum ilustre jurista considerasse que ele não deveria ter ido respirar ou comer para aqueles lados... •

Tomada de Posse da Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa

16 de Fevereiro, Sexta-feira - 18h00

- 1 - Tomada de Posse da Comissão Instaladora da Delegação de Lisboa
- 2 - Desenvolvimento dos trabalhos para a criação da Delegação de Lisboa
- 3 - Estratégia reivindicativa

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Passaportes

Portarias 1193-A/2000, 1193-B/2000 e 1193-C/2000, de 19 de Dezembro

Estes diplomas estabelecem, respectivamente, os modelos de formulários dos requerimentos e das declarações para obtenção dos passaportes; os modelos de impressos do passaporte comum, diplomático, especial e para estrangeiros e, finalmente, as taxas de emissão, de urgência, de serviço externo e de substituição de passaporte válido, a cobrar relativamente ao passaporte comum emitido em território português.

Decreto-Lei 332-A/2000, de 30 de Dezembro

Aprova o modelo de passaporte temporário, com validade máxima de seis meses.

Apoio Judiciário

Lei 30-E/2000, de 20 de Dezembro

Esta lei veio alterar o regime de acesso ao direito e aos tribunais, revogando o anterior regime instituído pelo Decreto-Lei 387-B/97, de 29 de Dezembro.

Destaca-se desta alteração o facto dos serviços da segurança social passarem a ter competência, que anteriormente pertencia aos tribunais, para apreciar os pedidos de concessão de apoio judiciário.

Portaria 1223-A/2000, de 29 de Dezembro

Aprova os modelos de requerimento de apoio judiciário para pessoas singulares e pessoas colectivas.

Cruz de São Jorge

Decreto-Lei 325/2000, de 22 de Dezembro

Através dos Decretos-Leis 397/85, 398/85 e 399/85, todos de 11 de Outubro, foram instituídas as medalhas privativas dos três ramos das Forças Armadas, designadamente a de D. Afonso Henriques, cruz naval e a medalha de mérito aeronáutico.

No entanto, o Estado-Maior-General das Forças Armadas não dispunha de nenhuma medalha privativa, pelo que o presente diploma criou uma medalha, correspondente às existentes nos ramos, com o símbolo hierárquico do mesmo organismo, ou seja, São Jorge.

Este medalha destina-se a premiar serviços notáveis prestados ao Estado-Maior-General das Forças Armadas ou em benefício das Forças Armadas Portuguesas em geral por militares e civis, nacionais ou estrangeiros, que a nível técnico-profissional, «revelam elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General e das Forças Armadas Portuguesas, em geral».

A referida medalha compreende quatro classes subordinadas ao seguinte critério de atribuição: «1.º

Oficial general, capitão-de-mar-e-guerra ou coronel; 2.º Capitão-de-fragata ou tenente-coronel e capitão-tenente ou major; 3.º Outros oficiais e sargento-mor; 4.º Outros sargentos e praças.»

Desemprego Involuntário e de Longa Duração

Decreto-Lei 326/2000, de 22 de Dezembro

O presente diploma confere às pessoas que se encontrem numa situação de desemprego involuntário ou de longa duração o direito de opção de acederem, antecipadamente, à pensão de velhice, mediante manifestação de tal vontade, antes de atingirem os 60 anos, desde que à data do desemprego tenham idade igual ou superior a 55 anos e carreira contributiva de, pelo menos, 20 anos.

Esclerose Múltipla

Decreto-Lei 327/2000, de 22 de Dezembro

As pessoas que se encontrem em situação de invalidez, originada por esclerose múltipla, beneficiárias do regime geral ou não contributivo de segurança social, têm direito a uma protecção especial na invalidez.

Para atribuição de pensão de invalidez no âmbito do regime geral é necessário que o beneficiário tenha efectuado descontos correspondentes a três anos civis, seguidos ou interpolados, sendo o seu montante igual a 3% da remuneração de referência, por cada ano civil relevante para efeitos de cálculo de pensão, não podendo a mesma ser inferior a 30% ou superior a 80% da remuneração de referência.

No âmbito do regime não contributivo, o montante da pensão de invalidez é igual ao da pensão mínima do regime geral de segurança social.

Majoração para as Profissões Discriminadas

Portaria 1212/2000, de 26 de Dezembro

Esta portaria institui um regime jurídico de majoração, correspondente a 50% da totalidade dos apoios financeiros, previstos nas medidas de política de emprego, concedidos sob a forma de subsídio não reembolsável ou de empréstimo sem juros, para as "profissões significativamente marcadas por discriminação de género".

As "profissões significativamente marcadas por discriminação de género" e os apoios financeiros a ser majorados constam do anexo I e II deste diploma, que não serão aqui enunciados devido à sua extensão, nomeadamente do Anexo I, mas a título de exemplo referem-se as profissões seguintes: moldadores, soldadores, bate-chapa, caldeireiros, costureiras, bordadores, pessoal de limpeza, lavadeiras, engomadores de roupa.

Destaque



do Mês

IRS 2000

As declarações Mod.1 de IRS (trabalho dependente - categoria A - e/ou pensões - categoria H) referentes a rendimentos de 2000 deverão ser entregues, nas Repartições de Finanças, de 01FEV00 a 15MAR00.

Recorda-se que o abono e prestação suplementar de invalidez, definidos nos arts 10º e 11º do DL 43/76, de 20JAN, não são englobáveis para efeitos de IRS, devido ao seu carácter indemnizatório que os enquadra no nº 1, do artº 13º do CIRS. A Caixa Geral de Aposentações já os omite nas declarações.

Transcrevemos, a seguir, as alterações para 2000 que influenciam o preenchimento da declaração.

Nota: sempre que, na presente informação, se utilizar a palavra deficiente, a mesma refere-se aos de grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

ISENÇÃO (artº 44º do EBF)

Ficam isentos de tributação em IRS, quando auferidos por titulares deficientes, 50% dos rendimentos das categoria A e B, com o limite de 2.563.000\$00 e 30% dos rendimentos da categoria H, com os limites de 1.447.000\$00 para os deficientes em geral e de 1.924.000\$00 para os DFA (DL 43/76) e GDFA (DL 314/90); os valores isentos deverão ser escriturados no anexo H, correspondente a benefícios fiscais e o remanescente, sujeito a IRS, será levado à declaração, propriamente dita.

Os seguros de vida de deficientes, nos termos do Estatuto dos Benefícios Fiscais, abatem na totalidade.

DISPENSA DA ENTREGA (artº 58º do CIRS)

O artigo 58º do CIRS que tinha por epígrafe «Dispensa de apresentação de declaração» foi revogado pela Lei 87-B/98, de 31 de Dezembro, com efeito a partir de 31 de Dezembro de 1999, pelo que não há lugar à dispensa da entrega da declaração, relativa a rendimentos de trabalho respeitantes ao ano de 2000.

DEDUÇÕES ESPECÍFICAS (artº 25º e 51º do CIRS)

Categoria A: aos rendimentos brutos desta categoria serão deduzidos 70% do seu valor, por cada titular que os tenha auferido, com o limite máximo de 551.232\$00 ou o valor dos encargos com a segurança social se superiores.

Quando o sujeito passivo for deficiente, aquela dedução é elevada em 50%, até ao limite máximo de 826.848\$00.

Categoria H: as pensões de valor igual ou inferior a 1.482.000\$00, por cada titular que as tenha auferido, são deduzidas pela totalidade do seu quantitativo. As de montante superior deduzem aquela importância. Quando o sujeito passivo for deficiente, aquela dedução é elevada para 1.926.600\$00.

ABATIMENTOS (artº 55º do CIRS)

Há um conjunto de despesas e benefícios fiscais que anteriormente eram considerados abatimentos ao rendimento líquido e que passaram a constituir deduções à colecta. No entanto, os contribuintes com rendimentos brutos anuais, por agregado, inferiores a 10.000.000\$00, este ano podem tributar estas despesas e benefícios em sede de abatimentos, se este regime lhes for mais favorável.

E de salientar que esta cláusula de salvaguarda só vigora relativamente à liquidação de 2000 e que os valores dos abatimentos do anterior artº 55º do CIRS são aumentados em 4% (já corrigidos no texto).

Encargos com a saúde (al. a) e pensões de alimentos (al. g), são deduzidos na totalidade.

Os juros de habitação (al. e) deduzem até 320.320\$00.

As despesas com saúde de ascendentes não deficientes (al. b), com educação (al. c) e encargos com lares (al. d) deduzem, no seu conjunto, até 172.640\$00 para não casados e 345.280\$00 para casados. Estes valores podem ser elevados para 400.400\$00, independentemente do estado civil do sujeito passivo, desde que a diferença resulte de despesas de educação do próprio sujeito passivo e seus dependentes e desde que não beneficiem de pensão para aquelas finalidades. Por sua vez, nos agregados com três ou

mais dependentes este limite é elevado em 36.400\$00, por cada dependente, caso existam relativamente aos mesmos despesas de educação.

Os prémios de seguro de vida, doença, acidentes pessoais ou outras contribuições para fundos de pensões ou outros regimes complementares de segurança social (al. f) são deduzidos até ao limite de 37.440\$00 para não casados e 74.800\$00 para casados.

As quotizações sindicais (al. i) abatem até 1% do rendimento bruto das categorias A ou H, do respectivo titular, sendo acrescidas de 50%.

As despesas de educação e reabilitação do sujeito passivo ou dependentes deficientes, bem como os prémios de seguro de vida em que aqueles figurem como primeiros beneficiários abatem-se na totalidade.

DEDUÇÕES À COLECTA (artº 80º e ss do CIRS)

- não casados: 36.720\$00 (deficientes: 55.080\$00);

- casados: 27.950\$00 (deficientes: 41.925\$00);
- dependentes: 20.200\$00 (deficientes: 30.300\$00), acrescendo a este montante 230\$00, 870\$00 ou 1.270\$00 quando o agregado familiar tenha dois, três ou mais dependentes;

- 30.300\$00 por cada ascendente que viva em economia comum com o sujeito passivo e não aufera rendimentos superior à pensão social mínima do regime geral.

Despesas de saúde:

- 30% das despesas, sem limite, no caso de a) aquisição de bens e serviços directamente relacionados com o próprio e agregado familiar, isentos de IVA ou sujeito à taxa de 5%;

b) aquisição de bens e serviços isentos de IVA ou sujeitos à taxa de 5% directamente relacionados com ascendentes e colaterais até ao 3º grau que auferam rendimentos inferiores ou iguais ao salário mínimo nacional mais elevado;

c) juros dos empréstimos contraídos para pagamento das despesas atrás citadas.

- 30% das despesas, com limite de 10.200\$00 ou de 2,5% das importâncias anteriores, se superior e no caso de aquisição de outros bens e serviços relacionados com despesas de saúde desde que justificados com receita médica.

Despesas de educação: 30% das despesas com o limite de 103.600\$00 e nos agregados com três ou mais dependentes a seu cargo, o limite é elevado em 10.200\$00, por cada dependente, caso existam, relativamente a todos eles, despesas de educação.

Encargos com lares: 25% das despesas com o limite 57.600\$00.

Encargos com imóveis: 30% das despesas com o limite de 96.200\$00.

Prémios de seguros: 25% das despesas com o limite de 10.200\$00 e 20.400\$00, quando se trate, respectivamente, de sujeito passivo não casado ou separado judicialmente de pessoas e bens ou de sujeito passivo casado e não separado judicialmente de pessoas e bens.

Fundos de poupança-reforma, poupança-educação e poupança-reforma/educação: abatem até 25% do valor aplicado no respectivo ano, com o limite máximo do menor dos seguintes valores: 5% do rendimento total bruto englobado e 109.200\$00 por sujeito passivo não casado ou por cada um dos cônjuges não separados judicialmente de pessoas e bens.

TAXAS (artº 71º do CIRS)

Rendimento colectável (cts)	Taxas (percentagem)	
	Normal (A)	Média (B)
Até 730	14	14,000 0
De mais de 730 até 1.149	15	14,364 7
De mais de 1.149 até 2.840	25	20,697 2
De mais de 2.840 até 6.581	35	28,827 7
Superior a 6.581	40	

A minha revolta

Felizmente, há quem disponha de tempo para fazer artigos sobre os nossos direitos, enriquecendo o nosso jornal.

Mas, só escrever não chega. É tempo a mais de espera, por aquilo que nos pertence.

Refiram às promoções e escalões dos DFA. Como é possível estarmos tantos anos e continuamos esperando pelos nossos direitos? Há que actuar com presença viva. Vamos mostrar ao governo, que ainda alguns estão vivos, ou vamos esperar que morra o último DFA para depois os nossos nomes serem escritos se "é que isso viria a acontecer" no "muro da vergonha" ou espelho da nação, conforme aconteceu com os que tombaram nas matas de África? Esquecendo os de Timor e da Índia? Não falando nos anónimos, quando das campanhas em África, só se conhecem os famosos.

Se o DL 43/76, de 20 de Janeiro é claro e transparente, porque, todo este atraso?

Em todas as classes sociais há marginalizados, eu sinto isso. Para o justificar, basta ler o DL 134/97, de 31 de Maio, só beneficiou a classe oficial, as praças continuaram a marcar passo.

Como é possível haver Decretos-lei que só defendem os direitos de alferes?

Andamos nós a eleger políticos para depois nos apunhalar pelas costas. Mas o governo está à vontade, sabe que não é enfrentado com manifestações.

Pessoas há, só dão valor ao sofrimento dos outros quando o sentem na carne.

Fomos obrigados a lutar contra outros povos, criamos assim as nossas deficiências, agora querem-nos empilhar em prateleiras no role do esquecimento.

Dos três ramos das Forças Armadas o Exército foi e é o mais esquecido pelo menos na classe de praças, sendo ele quem enviou mais carne para canhão.

E mais: se o DL 43/76, diz: os DFA acompanharam em tudo os militares do activo, porque o governo não faz cumprir a Lei?

Se o projecto de lei elaborado pelo PSD ao DL 134/97, for concretizado, os DFA "classe praças" continuam a ser prejudicados, conforme artigo no ELO Dezembro 2000. Concerteza que não houve nenhum DFA que optasse pela vida civil. Falo por mim.

Haverá falta financeira para pagar se acaso formos promovidos? Ou só há para manter alguns militares no

estrangeiro e subsidiar os ex-guerrilheiros de Timor?

Termino esperando que esta direcção tenha mais actuação que as anteriores. •

Zeferino Marcela

Dever do Direito

Muitas ideias perfilam na minha cabeça, quero uma ADFA unida e forte, no entendimento, na compreensão, na defesa e garante na actualização das Leis, sempre ao tempo em que vivemos.

E esta postura que devem ter todos os dirigentes associativos apoiados pelos seus associados que lhes transmitem a força, o saber, a legalidade das situações vividas na guerra, onde os meus amigos Machados, no cumprimento do serviço militar obrigatório, foram chamados a cumprir primeiro uma e depois chamados pelo Governo de Portugal para outra comissão de guerra.

Foi assim, o Machado era um jovem com vinte anos de idade, foi obrigado a cumprir o primeiro serviço militar obrigatório e cumpriu a sua comissão na guerra, nas ex-colónias portuguesas de Angola, quando terminado o serviço militar obrigatório, já integrado na vida, na sociedade civil, com, a sua vida organizada, é novamente chamado pela Nação, por Portugal e obrigado, novamente a ir lá longe, às províncias ultramarinas fazer nova comissão de guerra. Com ele foi chamado outro colega. Durante a comissão, o Machado, durante um intenso combate com o inimigo, é ferido e é considerado Deficiente das Forças Armadas, com o posto de 1º Cabo. O colega teve mais sorte, não foi ferido. Acabou a segunda comissão obrigatória de serviço militar e continuou no serviço. Hoje, este militar, colega do Machado é 1º Sargento e reformou-se das Forças Armadas como 1.º Sargento. O Machado porque se deficientou na guerra, sofre os horrores que a guerra provoca, é Deficiente das Forças Armadas, com o posto de 1º Cabo.

O Dec. Lei 43/76 de 20 de Janeiro e agora por força do 134/97 de 31 de Maio, promove ao posto a que teriam ascendido os militares DFA's, se tivessem continuado no serviço militar.

Amigo Machado, é desta vez que vai valer o dever do direito da força da ADFA, fazer ver do dever à Nação. O dever do direito. Da promoção dos DFA's ao

posto e escalão que lhes é devido, com colocação no último escalão do posto. •

João Gonçalves

Regaço Acolhedor

Como vem sendo tradição, os aniversários e convívios da ADFA, quer a nível Nacional, quer de Delegação e mesmo de Núcleos, congregam sempre em seu redor, um grande número de associados e suas famílias.

Foi o caso, da celebração do 26º Aniversário da Delegação do Porto, que agrupou, nos diversos locais onde foi lembrado mais este dia, um marco de sã convivência, de harmonia, e bom humor entre todos os convivas.

No regaço da Mãe, todos os filhos se aconchegam.

No dia 8 de Dezembro, e por ser dia da nossa Mãe espiritual, (sem desrespeito por todos os outros convívios organizados), mas por ser um dia marcante, aqui o quero enaltecer.

A nossa Casa Mãe, que agrupa todas as sensibilidades, mas que é envolta, apenas por um fim o bem estar de todos aqueles que se deficientaram e suas famílias.

Mãe, que para os seus filhos quer o bem estar, sem discriminações nem descrenças.

Apenas a luta, por uma sociedade sem desigualdades.

Por ter sido realizado, no dia da Mãe, 8 de Dezembro, na Vila da Feira, na freguesia de Escapães, um dos convívios de confraternização, pela passagem de mais um aniversário da Delegação do Porto da ADFA, que vou dedicar umas breves palavras.

Pelas 12h30, foi celebrada, na Igreja Matriz de Escapães, uma missa de sufrágio por todos os camaradas, que deixaram o nosso convívio.

Simbólica homenagem e lembrança a todos aqueles, que conosco formam uma família.

Esta celebração, foi presidida, por um sacerdote, irmão do Presidente da Câmara da Feira.

O celebrante, na sua preleção, dedicou umas palavras de carinho, por todos aqueles que ao serviço da sua Bandeira deram o seu melhor, palavras que sensibilizaram os presentes.

Após esta celebração, os presentes, dirigiram-se para a Casa do Rancho Folclórico de S. Martinho de

Escapães, onde se realizou o almoço convívio.

Como vem sendo, um hábito desta casa, ADFA, fazem-se sempre representar órgãos da Direcção Nacional, de referir o Presidente da Direcção, Patuleia Mendes, e Jorge Maurício, Presidente da Assembleia Geral, bem como os representantes da Delegação.

Também deram a Honra de sua presença, um representante da Câmara Municipal, Sr. Delfim Silva, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Feira.

Após um lauto almoço, teceram alguns considerandos alguns dos presentes.

O representante da Câmara Municipal, aludiu ao facto da ADFA, ser uma Associação dirigida para a deficiência em geral, dizendo também que a edilidade, está receptiva a estes problemas, dizendo, quase uma certeza, de que a Câmara Municipal, vai disponibilizar um espaço, para instalação deste núcleo da Feira.

Dando continuidade às palavras do representante da Câmara Municipal, o Presidente da Junta de Freguesia, vai também disponibilizar, meios materiais, para o funcionamento deste núcleo.

A estes organismos a ADFA, muito agradece.

Falaram também, Jorge Maurício, Patuleia Mendes e Abel Fortuna, que numa síntese, aludiram, para o facto da ADFA continuar a tentar a resolver todos os casos pendentes, e de que a Associação deve continuar, sempre, a ser um marco de vitalidade, tendo sido transmitido em directo, por um Rádio local de S. João da Madeira, que deu cobertura a este convívio.

Sinal de que os Órgãos de Comunicação Social, estão de mãos dadas, com aqueles que, ao serviço da deficiência, têm dado o seu melhor, no engrandecimento da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Realizaram este evento, os associados, António Lopes, António Garrido, António Santos, que em comunhão em torno da Casa Mãe, tem demonstrado, aos nossos filhos e netos, que apesar dos problemas de cada um, que somos uma família, e que nas horas amargas, em momentos alegres, estamos de mãos dadas.

E foi neste espírito de convivência, que uma vez mais os associados do Núcleo de Sta. Maria da Feira conviveram, tendo sido abrilhantada, por um Grupo Musical, que serviu para os presentes meterem um pézinho de dança.

A ADFA, é a nossa Casa, façamos dela, um LAR acolhedor. •

Júlio Chamusca



Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO

1.2 S :: 1.2 ELX :: 1.2 16v ELX :: 1.2 16v ELX Speedgear :: 1.2 16v HLX :: SPORT :: SPORT Speedgear :: HGT :: 1.9 JTD ELX :: 1.9 JTD HLX ::



PALIO WEEKEND

75 :: 10 JTD :: 10 JTD 1600 :: 80 16v SX :: 100 16v ELX :: 100 16v ELX CD Out :: 105 JTD SX :: 105 JTD HLX ::



MAREA WEEKEND



CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND
Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

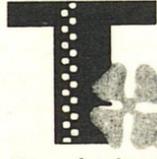
STAND
Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

PASSAM TAMBÉM A USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, contudo, podem ainda dispôr de informações nas seguintes marcas: Citroen, BMW; Skoda e Ford. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2601, 21 751 2640, 21 751 2600 ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Trevauto
Comércio, Indústria e Representações, Lda.

LYBRA BERLINA

Os Motores :: Os Interiores :: Os Equipamentos :: Crédito, A.L.D. e Leasing :: As Cores :: Os Preços :: Linaccessori



Y

Os Interiores :: Os Equipamentos :: Crédito, A.L.D. e Leasing :: Linaccessori :: Os Preços



CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND
Rua de Arroios, 89-C e 91-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND USADOS
Rua de Arroios, 93-C • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 167 225

PEÇAS E ACESSÓRIOS
Rua de Arroios, 91-C • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 525 264 - 213 167 200 - Fax: 213 529 579

www.trevauto.pt E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

PASSAM TAMBÉM A USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRANDE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, contudo, podem ainda dispôr de informações nas seguintes marcas: Citroen, BMW; Skoda e Ford. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2601, 21 751 2640, 21 751 2600 ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

Praças: a força da razão

emergiram dois documentos que analisam e consideram ser de elementar justiça, alterar a redacção ao projecto do DL 134/97, contemplando os praças, em igualdade de circunstâncias com os sargentos e oficiais, nas promoções e ascendência aos escalões, documentos que foram aprovados pela esmagadora maioria de associados presentes nessa reunião, sendo ainda apresentada e também aprovada, uma proposta que prevê a integração da Comissão no grupo de trabalho que a Direcção constituirá para debater e negociar as alterações ao DL 134/97.

Mais uma vez, os DFA's mostraram a FORÇA DA RAZÃO. A primeira vez foi em 1975, quando, em Assembleia Geral da ADFA, foi aprovada a ida ao Palácio de Belém, onde o Presidente da República se comprometia a respeitar o que fora aprovado em Assembleia da ADFA, mas que, não se apercebendo que os DFA's estavam fartos de ser carne para canhão, tentava, com promessas dos seus conselheiros, adormecer os reais e legítimos interesses dos DFA's.

Estes, praças na sua esmagadora maioria, constituíram-se numa comissão de luta que culminou, em parte, numa grande e justa vitória dos DFA's - a promulgação do DL 43/76 - , porque éramos e continuamos a ser a FORÇA DA RAZÃO.

Desta vez, e novamente, os DFA's/praças foram esquecidos e marginalizados, mas, mais uma vez, souberam dizer basta, organizando-se contra a prepotência de quem os considera menos dignos, e que culminou numa reunião agendada para uma sexta-feira, obrigando alguns a ter que faltar a obrigações profissionais e a fazer dezenas, ou mesmo centenas, de quilómetros para poderem gritar, mais

uma vez, não à diferença, não à marginalização, não à desigualdade e sim à unificação de todos os DFA's.

Nessa reunião alargada, ficou provado que os DFA's/praças nada têm contra aqueles (sargentos e oficiais) que já usufruem de legislação que os promove ao posto e graduação a que teriam direito, caso continuassem no activo, mas que não aceitam que lhes queiram cercear o direito à indignação e à justa luta dos seus interesses, e que passa pelo direito de serem informados e a participarem em assuntos que lhes dizem directamente respeito.

Nós que fomos obrigados a ir para uma guerra, sem hipótese de recusa, sentimos, da parte daqueles que na altura optaram por continuar no activo oferecendo-se para mais comissões na guerra colonial, sem que a isso fossem obrigados, no estrito objectivo de auferirem promoções e consequentes prémios remunerativos, que sejam alguns, poucos, dentre esses que agora ponham reservas à nossa justa luta, a nós que mais estropeados regressavam pois éramos a primeira linha da frente na carne para canhão.

Por todo o exposto, sentimos que é de direito e justiça a abrangência a todos os DFA's, sem qualquer exclusividade, às graduações/promoções, assim como a passagem ao último escalão nas respectivas escalas hierárquicas.

Por uma ADFA justa ao serviço de TODOS os associados. •

Fernando Carvalho

A discriminação arbitrária aos DFA oriundos da classe de praças

Um grupo de associados, oriundos da classe de praças, promoveram reuniões na Sede para reflectir sobre os efeitos, quer jurídicos, quer sociais, que o Dec-Lei nº 134/97, de 31 de Maio, veio provocar no seio dos DFA's, nomeadamente, no que respeita à discriminação feita aos soldados, aos excluí-los dos seus normativos.

Em paralelo, o mesmo grupo de associados também examinou outros dois projectos de futuras medidas legislativas, um da autoria do Ministério da Defesa e outro do Grupo Parlamentar do PSD.

Dessa análise, o grupo em questão elaborou dois documentos para serem apresentados numa reunião alargada de sócios, a fim de serem discutidos e, eventualmente, acrescentar ou retirar ideias que se julgarem adequadas para a melhoria dos documentos em apreço.

A reunião alargada de sócios, realizou-se na Sede, em 12 de Janeiro, e contou com uma presença superior a uma centena de associados.

Apesar das muitas dezenas de sócios que estiveram presentes, a grande maioria interessada nesta questão, muitos houve que não compareceram pela simples razão de ter sido uma reunião local e por se ter realizado numa sexta-feira.

Importa, por isso, trazer ao ELO, que, imperiosamente, tem que estar ao serviço dos sócios, um resumo daqueles dois documentos para que esses associados (que não estiveram presentes na reunião) possam ficar com uma ideia, ainda que elementar, do que se pretende avaliar e discutir.

Diga-se que os dois documentos foram aprovados, na generalidade, por todos os sócios presentes na referida reunião.

Assim e resumidamente, transcreve-se algumas passagens dos documentos em questão que, esperamos dêem uma ideia quanto aos efeitos e à forma como foi elaborado e, posteriormente, publicado o D.L. 134/97.

Mas para que todos nós possamos entender melhor, os efeitos nefastos produzidos por aquele diploma, torna-se necessário, deixar aqui, um breve apontamento sobre o D.L. 43/76, de 20 de Janeiro, regime jurídico que tutela todos os DFA's.

Esta lei foi, e é, apesar da recente mutilação, considerada uma lei equilibrada e justa para todos os DFA's, pois assenta no privilégio da igualdade deste universo onde ninguém, seja oficial, sargento ou praça, é discriminado.

A sua inovação normativa, assente na ética e na moral, e a sua grande justeza de princípios, devem-se ao facto do legislador, com um alto sentido de responsabilidade, ter tido em conta o Princípio Estruturante do Estado de Direito Democrático.

Nesse sentido, o legislador preocupou-se, fundamentalmente, em estabelecer o valor da pessoa humana como razão de ser de todos os DFA's, e por isso contempla, equitativamente, todos os DFA's em razão da sua maior necessidade.

Com a publicação do D.L. 134/97, toda aquela sabedoria e cultura legislativa ruiu por completo, e abriu uma enorme ferida nos DFA's que foram marginalizados por essa mesma lei.

O que até aqui era reconhecido a todos os DFA's, independentemente do posto, hoje só aos militares deficientes dos quadros permanentes, é reservada a maior admiração e as maiores recompensas económicas e sociais.

Ao contrário, os milicianos DFA's, onde se inserem a classe de praças, pese embora se tenham também deficientado na defesa do Estado, são, agora, dolosamente esquecidos onde, ao que parece, nada lhes é devido.

Em bom rigor, o que o D.L. 134/97 fez, foi estabelecer diferenciação de tratamento, desigual e materialmente infundado, entre os DFA's. E, por isso, considera-se essa atitude arbitrária e discriminatória, por ter preterido um vasto e enorme universo de DFA's.

Com este componente legislativo, torna-se claro que o Estado Português, que até aqui considerava que todos os DFA's (sem excepção) mereciam, por parte da Nação, a consideração que os valores morais e patrióticos, por eles representados, devem merecer, agora, esses valores, só são reconhecidos a alguns DFA's dos quadros permanentes.

Nessas circunstâncias, aos DFA's oriundos da classe de praças, cujo D.L. 134/97 os marginaliza, assiste-lhes todo o direito à indignação e ao protesto bem como ao direito de denunciarem este Dec Lei, por ofender os mais elementares princípios do que é minimamente justo e desvirtuar o que deveria ser moralmente certo.

E se foi o próprio Estado, pela mão do legislador, que contribuiu para esta enorme injustiça, agora que seja, também ele, a corrigi-la, pondo termo a esta insustentável discriminação, e a repor a legalidade que, tão estranhamente, foi posta em causa.

No que respeita aos outros dois projectos, o que foi exposto acerca do D.L. 134/97, serve também para caracterizar a incoerência e a discriminação existentes nesses mesmos projectos.

Deste modo, transcreve-se o ponto último da análise apresentada aos sócios na referida reunião, e que diz o seguinte:

- Por todo o exposto, e no sentido de corrigir a injustiça praticada, propõe-se que o nº 2 do artº 1º do projecto de Lei passe a ter a seguinte redacção.

- " as praças que sejam consideradas como militares deficientes das Forças Armadas, nos termos do número anterior, são promovidas à classe de sargentos, com direito à pensão correspondente ao último escalão do posto". •

Francisco Janeiro

(Em representação do Grupo de Acompanhamento Legislativo para os DFA)

Opinião

Vozes que falam

Neste pequeno grande mundo que é a ADFA, assiste-se por vezes com certo espanto a tomadas de posição muito reconfortantes para alguns, principalmente para os que se vêem e sentem em péssimas condições, correndo o risco, com o passar do tempo de cair em tentações de exemplos trágicos a que diariamente nos habituámos a ver, a ler e a ouvir. Quem seria suposto dirigir e coordenar, na procura de melhores condições de vida e soluções dignas para os associados, entendeu-se direccionar as miras para dentro, no intuito claro de abater e destruir os opositoristas, como se em democracia, oposição significasse crime, merecedor de pena de morte.

Pseudo lutou-se pela solidariedade, pela justiça, pela igualdade, enfim, um cabaz de banalidades provenientes de anestesistas, solidários a vulso. Toda a impotência mascarada de quem não presta, lançada aos que se limitaram a ter opinião e defender com verticalidade, conceitos e valores e os verdadeiros direitos de cidadania. Introduziram-se todos os males e perigos para a comunidade, numa espécie de saco devidamente preparado, dando-se a entender de que era dali que saíam os demónios flagelos de quem precisa!... Mentos pífidas, fazedoras de guerras, misturas de ódios e maldades, cozinhados de quem é pequenos. Pela suposta verdade, métodos inquisitórios se seguiram, moldados em lindos embrulhos de retórica, presentes envenenados, quantas vezes aceites pela trágica necessidade, aplausos de pé de seguidistas sem personalidade.

Tempos retornados, neo cardeais, não se renunciando a inquisição que lhes corre nas veias. Existem outros nomes como convém. Em nome da justiça, das liberdades, do associativismo, na defesa da doutrina e da fé, não se hesitou em traiçoeiramente empurrar para a fogueira os que atrapalham o movimento. Assim se perseguiu quem disse, Não, por se negarem a despojar-se das suas firmes convicções, por se oporem à trela ditadora, por não se seguirem os deuses, por serem enérgicos, por não terem medo. Proibições vaticanoídes, heresias inventadas aos que enfiaram as figuras de altar, rugidos de catedral, ferozes orações, panfletos atirados difamatóricamente.

Mas o efeito será contrário. O debate sério surgiria para continuar, alheamento total pelos escribas do templo, que se afogarão na enxurrada das palavras. A mudança está em marcha. Não se retirará uma vírgula. Na vez da espera no lado de fora, a luta será e continuará no interior e muro algum impedirá o eco das vozes que jamais se calarão. •

José Maia



O pesadelo

Nuno Santa Clara

Há poucos dias, tive um horrível pesadelo: um terramoto como o de El Salvador tinha-se dado em Lisboa.

E daí, dirão os néscios: estamos habituados. Que mais dá, dirão os ingénios: todas as medidas estão previstas.

Mas o meu pesadelo era mesmo um pesadelo. Havia um terramoto, mas sem Marquês de Pombal.

Pelo que os poderes públicos se reuniram em sessão contínua, enquanto durasse a crise. Alegou o governo que, estando mandatado pelo Povo, deveria encabeçar uma Junta de Salvação, sendo bem vinda toda a colaboração das Oposições. Alegaram estas, em uníssono, que sendo a soma aritmética dos seus votos superior à do Governo, deveriam ser elas a encabeçar a dita Junta, sendo bem vinda a cooperação do ex-Governo.

Debateu-se se deveria haver eleições antecipadas, projecto que foi abandonado pelos problemas das comunicações cortadas, dos arquivos esventrados, da desmobilização dos eleitores e até da falta de material e mão de obra para as urnas.

Neste clima de incerteza, não foi possível garantir a ordem pública: as polícias lembraram que, tendo também famílias a que acudir, e havendo uns diferendos com o Poder, seria a boa altura de regular a questão através de medidas de fundo; disse a Guarda que não estava vocacionada para actuar em meio urbano; disseram os Bombeiros que era a boa ocasião de sacudir a tutela militar; rescindiram os seus contratos os militares que consideraram estarem as novas tarefas fora do combinado.

Tudo isto pedia medidas de excepção, que a crise política não permitiu.

Não foram portanto mobilizados os transportes, os hospitais, a hotelaria; não foram controlados os géneros alimentícios nem os materiais de construção. Em resumo, não foram enterrados os mortos nem cuidados os vivos.

Acordei gritando e banhado em suores frios.

Recuperada a lucidez, uma grande calma se apoderou de mim. Primeiro, porque se tratava apenas de um pesadelo; segundo porque, naquele cenário de catástrofe, algo de útil poderia acontecer: dada a inevitável falência das companhias de seguros, talvez pudessem ser recuperadas, para os deficientes militares, algumas vagas em lares a eles destinados... *



Director: António Carreiro
 Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
 Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
 E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Audiência com o secretário de Estado da Defesa Nacional Questões legislativas em destaque

FARINHO LOPES



A criação de um Estatuto do Deficiente Militar e a situação dos deficientes militares das Forças Armadas Portuguesas (FAP) e milícias que optaram pelas suas nacionalidades de origem foram dois dos assuntos abordados na audiência da ADFA com o secretário de Estado da Defesa Nacional (SEDN), Miranda Calha, no dia 23 de Janeiro, no Ministério da Defesa Nacional (MDN), em Lisboa.

Patuleia Mendes e Artur Vilares, presidente e 1º vice-presidente da DN, respectivamente, representaram a ADFA na reunião e realçaram a necessidade da criação de um documento estruturante que englobe, com força de lei, toda a legislação que abrange os deficientes militares, sendo a ADFA informada de que "a compilação já está a ser concretizada no MDN, nela se incluindo abordagens de situações novas ou de definição pouco abrangente, tal como a noção de serviço de campanha."

Patuleia Mendes referiu que, "definida a responsabilidade de Portugal nos casos objectivamente clarificados da aquisição da deficiência ao serviço das FAP, está já em funções um grupo de trabalho abrangente que, eventualmente poderá efectuar o levantamento das situações, para sua resolução, nos países de origem, no sentido de que esses deficientes

possam aceder aos seus direitos sem a necessidade de daí terem que se deslocar."

Sobre a aplicação de DL 134/97 ("capitães-coroneis") foi explicitada ao SEDN a envolvimento recente por parte dos nossos associados neste assunto sobre o qual se irá realizar no Ministério uma reunião do grupo técnico de apoio ao CCADFA, a qual decorrerá no próximo dia um de Fevereiro.

Foi também abordada a situação dos deficientes das Forças Armadas residentes no Lar Militar da Cruz Vermelha Portuguesa (LMCVP), questão sobre a qual Miranda Calha mostrou estar conhecedor e atento.

Foi informado que, em projecto próprio do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, a ADFA já iniciou procedimentos para que se desenvolva um programa de levantamento das actuais e futuras necessidades dos associados, no que se refere a carências de saúde, actividades ocupacionais, apoio domiciliário e residência protegida, em especial dos que se encontram em zonas periféricas, como o interior continental e as regiões autónomas. O desenvolvimento de tal programa poderá ser enquadrado num protocolo em que se empenharão aquele Ministério e o da Defesa Nacional.

Foram aflorados os problemas das deficiências existentes no que se refere à manutenção, conservação e segurança da Sede Nacional, situação que mereceu a garantia de estudo por parte do MDN, tal como da necessidade de reequacionamento do actual quadro de pessoal.

Foi abordada a situação da Quinta das Camélias, "relativamente à solvência do cronograma financeiro para pagamento das instalações adquiridas ao MDN e a vontade de reavaliar o contrato translativo e o projecto de

intencões vigente até ao momento, para utilização daquele espaço", destacou o presidente da ADFA.

Foi explicitado ao SEDN a virtualidade da aquisição das instalações do antigo Quartel da Quinta da Grotnha, em Ponta Delgada, no qual se pretende a instalação de uma unidade de reabilitação que, considerada de interesse regional, prestará apoio a todos os deficientes açoreanos, em projecto que poderá ser abraçado também pelo Governo Regional do Açores.

Patuleia Mendes fez um balanço do encontro, dizendo ao ELO que "houve grande abertura do SEDN para todos os pontos apresentados e dos mesmos serem desenvolvidos junto das estruturas respectivas do MDN, com as quais a ADFA desenvolverá contactos futuros." *

SNRIPD

No dia 12 de Janeiro, a DN apresentou cumprimentos ao secretário nacional para a Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, numa audiência em que também estiveram presentes o secretário nacional adjunto, e o técnico responsável pela ligação com as associações, Dias Correia.

Patuleia Mendes e capela Gordo, da DN, salientaram algumas questões da política nacional de Reabilitação, das quais destacaram "o esperado crédito de horas para dirigentes associativos e o decreto-lei sobre a quota de emprego para deficientes na Administração Pública, no momento a aguardar publicação no Diário da República."

Estas questões já foram expostas ao secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, conforme anunciado na última edição do ELO.

A DN explicitou algumas actividades culturais que pretende desenvolver no corrente ano e que podem vir a ser incluídas nos projectos a apresentar ao SNRIPD, a fim de poderem merecer o apoio financeiro integrado nos projectos apoiados pelo Secretariado.

"O secretário nacional para a Reabilitação manifestou clara vontade de empenhamento nas actividades da ADFA, quer a nível das acções de Reabilitação quer das suas actividades culturais, sobretudo destinadas a áreas mais carenciadas da sua realização, garantindo o seu acompanhamento a nível dos ministérios por onde elas passam, no intuito do seu apoio mais célere e efectivo", realçou o presidente da ADFA, que lembrou ainda que "o SNRIPD, através da área de apoio às associações, está sempre disponível para a ADFA e aberto às suas sugestões de realizações que concorrem para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos portadores de deficiência." *



RENAULT

- » O salão de exposições é gigante: 2500 m².
- » O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- » O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- » No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- » O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
 Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
 Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA